



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

12ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA

OBJETIVO: Discutir questões fundiárias em áreas urbanas e
periurbanas de Porto Velho/RO.

EM: 28.09.2023

INICÍO: 15h19min

PRESIDENTE: SRA. CLÁUDIA DE JESUS

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) - Boa tarde. Sejam todos muito bem-vindos a esta Casa do Povo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento nº 398/2023, de autoria da Excelentíssima Deputada Estadual Cláudia de Jesus, após aprovação em plenário, realiza Audiência Pública para

discutir questões fundiárias em áreas urbanas e periurbanas de Porto Velho/RO.

Agradecemos desde já a todos que nos acompanham por meio virtual, seja pela página oficial da Assembleia Legislativa no Facebook e pela TV Assembleia, canal 7.3.

Convidamos para compor A Mesa da Audiência Pública a Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Cláudia de Jesus, proponente desta Audiência Pública.

Convidamos ainda, Tenente-Coronel PM Paulo Henrique da Silva Babosa, Diretor Executivo da Sesdec (Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania);

Convidamos ainda o Senhor Moacir André Horn, engenheiro agrônomo representando o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária);

O Senhor Lauro Fernandes da Silva Junior, Diretor Técnico Operacional da Companhia de Águas e Esgoto de Rondônia - CAERD;

O 2º Tenente PM David Inácio dos Santos Filho, Secretário de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT/RO;

A Tenente-Coronel PM Haldeniza Barbosa Costa, Subcomandante Regional de Policiamento I da Polícia Militar do Estado de Rondônia;

Excelentíssima Senhora Késia Gonçalves de Abrantes Neiva, Coordenadora do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania da Defensoria Pública do Estado de Rondônia;

Senhor Edmar da Silva Santos, Coordenador da Comissão Legislativa do CRECI/RO - Conselho Regional de Corretores de Imóveis - 24ª Região;

Senhora Rosália Oliveira da Costa, Coordenadora da União Estadual por Moradia Popular.

Neste momento, a Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Cláudia de Jesus procederá à abertura desta Audiência Pública.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Muito boa tarde aos senhores e senhoras, às crianças que aqui estão. Sejam todos muito bem-vindos aqui a esta Casa de Leis, neste auditório para que a gente possa realizar esta Audiência Pública.

Invocando a proteção de Deus e, nome do povo rondoniense declaro aberta esta Audiência Pública para discutir questões fundiárias em áreas urbanas e periurbanas de Porto Velho/RO.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônia) - Estando a Mesa dos trabalhos composta, convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino "Céus de Rondônia" (Letra de Joaquim Araújo Lima, e Música de José de Mello e Silva).

(Execução do Hino "Céus de Rondônia")

Registramos e agradecemos as presenças do Rosemberg Alves Pereira, Superintendente da Conab - Companhia nacional de Abastecimento.

Senhor José Ferreira da Silva, representando a Central de Movimento Popular.

Leonildo Sá, representando a IAFPE - Instituto Arquidiocesano de Formação na Fé.

Juscelino José Durgo dos Santos, Auditor Fiscal do Trabalho e Superintendente Adjunto da Superintendência Regional do Trabalho em Rondônia.

Senhora Maria da Conceição da Cunha, representando o bairro Areia Branca II.

Agradecemos a presença dos moradores do bairro Areia Branca, em geral.

Agradecemos a presença dos moradores do bairro Porto Cristo II.

Agradecemos a presença dos moradores do KM 5,5, Terra Prometida.

Agradecemos a presença do Presidente do bairro Monte Sinai, Senhor Alex Santiago. E todos os moradores do Monte Sinai.

Agradecemos a presença da líder comunitário do bairro Parque Amazônia, Senhora Márcia da Silva Avelino Magalhães.

Agradecemos ainda à Senhora Maria Antônia Oliveira, Presidente da Associação de Produtores Rurais - ASPRO, da BR 319, KM 5,5.

Agradecemos também à Senhora Luciana Riscik, Presidente da Associação Porto Cristo I e II de Porto Velho.

Senhor Francisco Hernandes Lima da Silva, Presidente da Associação de Moradores e Produtores Rurais do Entorno do Parque Natural - AMPRIPAN.

Agradecemos também a Senhora Gabriela Ortiz Camargo, Presidente da Associação de Ação Popular.

O Senhor Paulo Jovano da Silva Figueiredo, Presidente da Associação dos Moradores do bairro Aparecida.

Agradecemos também a presença do Senhor André Luiz Santos de Souza, membro do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB.

Agradecemos também o Senhor Magno Barbosa de Oliveira, neste ato representando a Central Única dos Trabalhadores - CUT/RO.

Agradecemos também ao Cel. PM Carlos Gomes, Coordenador de Planejamento Operacional, representando o Comando-Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia.

Agradecer também ao Ricardo Botelho Martins, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Porto Velho.

Tem uma correção na Mesa que precisa ser feita, mas vai ser corrigido. Neste momento, passamos a palavra à nossa Excelentíssima Deputada Cláudia de Jesus para que conduza esta Audiência Pública.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Mais uma vez eu cumprimento a todos e todas. Sejam todos muito bem-vindos nesta tarde em que nós iremos discutir a problemática da regularização fundiária em áreas urbanas e periurbanas do Município de Porto Velho. Momento importante para que a gente possa discutir essa problemática.

Quero aqui iniciar fazendo os cumprimentos às autoridades da Mesa. Quero cumprimentar aqui o Tenente-Coronel PM Paulo Henrique da Silva Babosa, Diretor Executivo da Sesdec. Seja muito bem-vindo aqui conosco.

Cumprimentar o Senhor Moacir André Horn, engenheiro agrônomo representando o Incra.

Cumprimentar também o Senhor Lauro Fernandes da Silva Junior, Diretor Técnico Operacional da Caerd.

Cumprimentar 2º Tenente PM David Inácio dos Santos Filho, Secretário de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT/RO.

Cumprimentar também a Tenente-Coronel PM Haldeniza Barbosa Costa, Subcomandante Regional de Policiamento I da Polícia Militar do Estado de Rondônia.

Cumprimentar também Excelentíssima Senhora Késia Gonçalves de Abrantes Neiva, Coordenadora do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

Quero cumprimentar aqui também Senhor Edmar da Silva Santos, Coordenador da Comissão Legislativa do CRECI/RO.

Cumprimentar também a Senhora Rosália Oliveira da Costa, Coordenadora da União Estadual por Moradia Popular.

E também cumprimentar a Senhora Gabriela Ortiz Camargo, do Setor Chacareiro, que se faz presente aqui conosco.

Quero aqui rapidamente ler o Requerimento 471/2023 que originou essa Audiência Pública:

“Requer à Mesa Diretora que seja alterada a data de realização de Audiência Pública, objeto do Requerimento 398, para o dia 28 de setembro de 2023, a partir das 14 horas, para discutir questões fundiárias em áreas urbanas e periurbanas de Porto Velho/RO.

Os parlamentares que a esta subscrevem, nos termos dos artigos 146, inciso VII, c/c art. 188 do Regimento Interno, requer à Mesa Diretora que seja alterada a data de realização de Audiência Pública, objeto do Requerimento 398, para o dia 28 de setembro de 2023, a partir das 14h, para discutir questões fundiárias em áreas urbanas e periurbanas de Porto Velho.

Plenário das Deliberações, 04 de setembro de 2023.”.

A justificativa dessa Audiência Pública.

Pessoal, a gente se reúne hoje aqui justamente para fazer essa discussão. Como eu troquei os papéis aqui, mas o nosso Cerimonial está com o texto que trata exatamente da nossa Audiência Pública, ele vai fazer uma breve leitura. Porque nós temos aqui as comunidades, as ocupações, cada uma representada com a sua população e o Mestre de Cerimônias, o Cláudio, vai fazer uma breve leitura de toda essa problemática para que a gente possa compreender. Depois, nós iremos abrir a fala para a comunidade fazer a sua exposição.

A Audiência Pública tem esse objetivo, justamente, de a gente ouvir a comunidade. No nosso mandato a gente tem recebido constantemente cobranças, as pessoas têm nos procurado pedindo a intervenção, ajuda junto ao poder público para sanar a problemática moradia aqui do município de Porto Velho, a problemática de regularização fundiária.

Entendemos que é uma pauta da comunidade, é uma pauta necessária, é um problema social. E nós que estamos nos espaços de poder precisamos fazer um debate com responsabilidade, porque são vidas que estão envolvidas nesse processo. A gente vê aqui tantas crianças que estão participando. E muitos foram convidados para estar aqui. Que pena que nem todos têm a responsabilidade que nós que

estamos nessa Mesa temos, muitos aqui não estão, pessoas que são importantíssimas nesse processo, para que pudessem ajudar. Porque, quem vem para o espaço de poder, vem para cá somente para resolver problema. Nós não temos outra função a não ser resolver problemas.

E a gente está lidando com muitos problemas aqui, a gente sabe da história de cada comunidade aqui, a luta que vem passando. E são vidas que estão envolvidas nesse processo. É problema difícil de resolver? É. Mas, existe e nós precisamos começar a debater isso. Nós não podemos ficar protelando. São problemas sociais, problemas de trabalhadores, de pessoas que precisam viver com dignidade.

E o nosso papel aqui, é justamente fazer isso. Então, eu passo rapidamente a fala ao nosso Mestre de Cerimônias, o Cláudio Carvalho, para que ele possa fazer uma breve leitura. Aos que estão na Mesa, a leitura desse texto está aí, se os senhores quiserem acompanhar, fiquem à vontade.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimonias) - Eu agradeço à Excelentíssima Deputada Cláudia de Jesus. Antes disso, fazer uma correção. Está presente conosco, o Superintendente do Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, MDA, o companheiro Gervano Vicente. Houve um equívoco, era para ter deixado o nome, não sei que aconteceu, na targeta. Mas, eu convido a participar da Mesa, por favor, Senhor Gervano Vicente, Superintendente do Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, MDA, representante do governo federal, neste ato, nos honra com a sua presença.

Chamamos ainda também, Gabriela Ortiz Camargo, do CMP - Central de Movimentos Populares, também para compor a Mesa.

Após feitas essas correções, vou ler o Relatório do Gabinete da Deputada Cláudia de Jesus, proponente da matéria:

"A Deputada Cláudia de Jesus tem como objetivo principal de seu mandato, ouvir a população, conhecer os problemas e procurar resolvê-los, por meio de incidência política ou de proposições legislativas.

Em acolhimento à demanda do movimento de moradia, por meio de suas lideranças do município de Porto Velho/RO, foi apresentada a proposição da referida Audiência Pública e aprovado em seu Requerimento 471/2023.

Referenciamos alguns apontamentos, conforme segue.

Sistematizamos relatos de moradores das áreas urbanas e periurbanas ocupadas em Porto Velho e região, e citamos algumas que precisam de atenção das autoridades dos poderes públicos, buscando evitar conflitos e avançar na luta por moradia digna. Tema esse, para discussão em Audiência Pública, em realização no dia 28 de setembro de 2023, a partir das 14h30, no auditório da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, em Porto Velho.

Sabe se que o direito à moradia é considerado um direito humano universal e fundamental. No entanto, esse direito ainda é um grande desafio em nosso país e que se reflete em alguns bairros da nossa Capital. O direito à moradia não se resume em apenas um teto e quatro paredes, mas o direito de toda pessoa ter acesso a um lar e a uma comunidade segura para viver com dignidade. Devendo ter acesso aos equipamentos públicos, como: saúde, segurança, educação, transporte e lazer.

Vale ressaltar que alguma dessas áreas, frutos de ocupações, já são bairros de nossa capital com construções

de casas de boa qualidade, feitas com esforço e suor de trabalhadores, que viram nesses locais a oportunidade de ter uma moradia digna e tranquila para viver com seus entes queridos.

Segundo dados do IBGE, são considerados inadequados por carência de infraestrutura, todos os domicílios que não dispõem de ao menos um dos seguintes serviços básicos: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo. Tendo em vista esse posicionamento, deve-se levar em consideração, que a maioria das ocupações em debate já se encontram com dois ou mais desses serviços em sua localidade.

Ressaltamos ainda que na situação em que se encontra essa problemática, não se trata de apoiar invasões de terras, mas sim de pôr em prática um dos direitos fundamentais para o ser humano, que é o direito à moradia. Assegurando, dessa forma, que os órgãos públicos que têm relação com o tema, deem uma atenção especial a essas famílias. Garantindo, na medida do possível, que o objeto de fruto do esforço de cada família seja preservado.

Relação de áreas ocupadas em Porto Velho e região:

01 - Ocupação Cascalheira

Área com Ação Judicial transitada em julgado. As terras pertencem a uma senhora chamada Maria Fátima.

A área está ocupada desde 2010, fica situada na Zona Leste de Porto Velho, próximo à Faculdade UNIRON. Onde estão certa de 1.200 famílias. Os terrenos ali localizados possuem 10mx25m.

O local possui ruas asfaltadas, iluminação pública, coleta de lixo, transporte coletivo.

02 - Ocupação Planalto II:

Esta ocupação está localizada na Zona Leste de Porto Velho, no final da Avenida Calama. Área com Ação Judicial, são 3 processos em andamento:

- Área 109-A
- Área particular de Ipê Empreendimentos Imobiliária
- Área 100 - (área devoluta)

O local está ocupado desde 2013, onde estão cerca de 1.500 famílias, com ordem de despejos. Possuindo ruas asfaltadas, iluminação pública, coleta de lixo, escolas, transporte coletivo.

03 - Ocupação Terra Prometida

A ocupação está localizada na Zona Sul de Porto Velho e desde 2013 está ocupada por cerca de 800 famílias.

A área é da União, antiga base controlada da Aeronáutica.

Em 2014 houve uma ordem de despejo e remoção das famílias, que voltaram a ocupar logo em seguida. Atualmente, a CAERD tem ação na Justiça para retirar as famílias.

O local possui iluminação pública, ruas encascalhadas, coleta de lixo.

04 - Ocupação Park Amazônia

Área de particular. As famílias compraram lotes de terras da Signo Imobiliária, porém a Prefeitura não reconhece a legalidade da documentação.

Posteriormente apareceu uma empresa chamada W2M Imobiliária, que se diz proprietária.

O local está ocupado por 1.500 famílias, onde já existem ruas asfaltadas, iluminação pública, coleta de lixo, escolas, transporte coletivo, praça pública.

05 – Ocupação Porto Cristo.

A área fica localizada na Zona Leste, onde estão cerca de 1.800 famílias.

É uma área particular, na qual existe a ação de despejos.

O local possui ruas encascalhadas, iluminação pública, escola pública, transporte coletivo e coleta de lixo.

06 – Ocupação Setor Chacareiro.

Área rural, lote de terra 250mx2000m, onde estão cerca de 2.000 famílias.

É uma área com ação judicial, porém não se sabe com clareza se a área pertence ao INCRA ou a uma pessoa chamada de Zenir Galdino.

07 – Ocupação Seringal Belmont.

Área da União, uma empresa chamada de Atual Construções se diz dona das terras, apareceu um particular que se diz proprietário.

A área fica localizada próxima ao bairro Nacional, com terrenos de 100mx500m e possui cerca de 150 famílias, que no momento estão acampadas próximo ao Parque Ecológico aguardando decisão do INCRA.

08 – Ocupação Maravilha.

O local está ocupado desde 2017. É uma área do Governo do Estado de Rondônia, que fica localizada próximo ao KM 7,5, na BR-319, sentido Porto Velho/Manaus.

Possui terrenos de 10mx25m e cerca de 200 famílias estão vivendo naquele local.”

Depois dessas ocupações que estão nesse documento, me falaram que tem mais três aqui hoje. Se tiver alguma distorção, foi pego com os moradores, mas depois me procurem aqui que a gente vai fazer as correções.

“Segundo dados informados pela Prefeitura Municipal de Porto Velho, de 2011 – que era o único que tinha –, o déficit habitacional era estimado em 19,8%, representando na época um pouco mais de 17 mil moradias.

Tendo em vista os dados coletados por pesquisas e informações “in loco” de moradores das ocupações citadas acima, é fácil detectar que se todos os moradores dessas áreas que correm o risco de despejo a qualquer momento perderem suas moradias, as estatísticas citadas serão aumentadas.

Não é demais afirmar que a quantidade de pessoas que perderão suas moradias será muito maior do que o planejamento de novas moradias a serem construídas e entregues, dado o qual, infelizmente, não foi possível coletar junto à Prefeitura de Porto Velho.

Diante do exposto, percebemos a urgência de unir esforços dos três entes federados: Governo Federal, Estadual e Municipal, incluindo Poderes Executivo e Legislativo, para abrir um diálogo com moradores, pessoas que se intitulam como donos de algumas das áreas, somado ao Judiciário. Na tentativa de encontrar soluções que visem pacificar os ânimos, encontrando assim uma saída e entendimento que evitem as desocupações e os despejos.

Conclui-se, ante as pesquisas e opinião da parlamentar requerente desta Audiência Pública que quem mais pode nos

embasar para fazer o melhor juízo de valor nesta Audiência Pública são as pessoas e os órgãos afins com a causa. Espera-se que após ouvidas, encaminhamentos sejam tomados para que a pessoa venha a ter garantido um dos seus direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, direito à moradia digna e segura.

Porto Velho/RO, 28 de setembro de 2023.

Gabinete da Deputada Estadual Cláudia de Jesus.”.

Palavra com a senhora, nobre deputada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Pois bem. Foi relatado aqui a vocês o motivo da nossa Audiência Pública, os problemas que têm sido trazidos até o nosso mandato. E o nosso papel, de fato, é fazer um debate com muita responsabilidade dos problemas que existem. Não são temáticas fáceis de resolver, mas aqui hoje, dentro desse Poder Legislativo, a gente deixa registrado nos Anais, através de Atas, essa problemática.

É importante que o poder público tenha conhecimento das problemáticas que aqui foram relatadas. Dessas comunidades que hoje estão em uma situação precária, passando por dificuldade, que já foram despejadas, com ordem de despejo, uma série de problemas sociais, e que precisam de um olhar do poder público.

Essas áreas envolvem a União, envolvem o Estado, envolvem o Município. E quando nós fomos procurados - eu sou do Município de Ji-Paraná, mas hoje a nossa responsabilidade é com o Estado de Rondônia -, e quando fui procurada, a gente sempre se dispõe. O nosso mandato está sempre de portas abertas para atender a comunidade. E vejo que muitos problemas não é todo mundo que abraça.

Tem problemas que são difíceis, a solução está distante. E a solução também exige muita força de vontade, exige muito comprometimento e muito amor ao próximo. Coisa que não são muitos políticos que têm isso. Então, a gente se propôs a fazer esse debate para que fique registrado e para que o governo federal saiba que Rondônia tem esse problema; para que o Governo do Estado saiba, que existe esse problema aqui; e para que o Prefeito do Município de Porto Velho, saiba que dentro do município dele tem esse problema e que os atores políticos; o Poder Executivo, o Poder Legislativo precisam ter responsabilidade com todos que estão aqui - que são cidadãos, que, mesmo morando em uma situação difícil, pagam seus impostos e precisam ter um olhar sobre as políticas públicas.

As nossas Audiências Públicas, a gente sempre faz com o intuito de ouvir a comunidade. Aqui, essa Mesa está muito bem representada, representada pelo poder público através do Estado; representada pelo Governo Federal através do Incra; do MDA. E aqui eu quero cumprimentar o senhor Gervano, que houve uma falha de comunicação, mas está aqui presente com a gente, e nesse processo tem papel fundamental para nos ajudar.

É uma caminhada longa que a gente inicia, porque como eu disse, não é missão fácil a nossa hoje aqui, o que nós estamos discutindo aqui não é fácil. Às vezes é fácil em época de eleição, ir lá prometer e depois, na hora que estão aqui nos seus mandatos, poucos querem discutir com os senhores porque é missão é bem difícil, é bem difícil. Talvez hoje, pegar um orçamento da União, do Estado e do Município, e investir para resolver o problema dos senhores. São poucos que às vezes têm essa capacidade de vir aqui para conversar.

E aí, as nossas Audiências têm esse papel de ouvi-los, e primeiramente, a gente começa ouvindo a comunidade porque nós viemos aqui como poder público, como Poder Legislativo, Poder Executivo, para poder ouvir os senhores; para dizer exatamente em que nós podemos ajudar, o que nós podemos resolver.

Posterior a isso, a Mesa irá se pronunciar. Aqui a gente sabe que alguns, a princípio, podem já responder alguns questionamentos; podem fazer compromisso, mas também às vezes, no momento não vão ter como responder. E nós criaremos ao final dessa Audiência, um Grupo de Trabalho que tenha representação de todas as comunidades, de todas as ocupações que aqui foram citadas, para que a gente continue essa caminhada, mas que a gente continue dialogando.

A Prefeitura de Porto Velho não está presente aqui, infelizmente, não está presente. A Prefeitura de Porto Velho que não veio até nós, mas que depois teremos que ir até ela. O Governo do Estado está aqui. Eu agradeço às representações do Governo do Estado que estão aqui, e que depois teremos que continuar esse diálogo. O governo federal aqui está, e que depois teremos que continuar esse diálogo.

Mas também, os movimentos sociais organizados, que aqui estão. E graças aos movimentos sociais que aqui estão, é que a gente continua fazendo o debate da pauta moradia. E isso tem feito que os governos municipal, estadual e federal continuem ainda pautando a questão, hoje, de ter direito à terra, de ter direito à moradia, de ter direito ao programa "Minha Casa Minha Vida".

Nós precisamos continuar, porque moradia, propriedade, terra, ter hoje direito a uma propriedade rural, isso é uma

demanda, é uma necessidade. Nós precisamos fazer esse debate das políticas públicas que a nossa população precisa. Esses são os momentos para que a gente possa conversar.

E aí, nós temos aqui oito comunidades, e o que eu quero pedir aos senhores, para que possamos ser bem objetivos nas nossas falas. De cada comunidade, se inscreva uma liderança, para que vocês possam expor, para que vocês falem exatamente a problemática. Se tiverem propostas, já coloquem aqui para que a gente possa registrar na nossa Ata; mas também, se tiver algum questionamento para algumas das nossas autoridades, que possa ser feito. E os senhores podem já fazer as suas anotações.

Eu quero pedir, a gente vai ter o máximo quatro minutos para cada liderança falar. Então, por favor, a liderança que vai falar da ocupação Cascalheira, por favor, já dê o nome para a Andreia. Andreia, por favor, inscreva o pessoal de cada uma dessas ocupações, para que eles possam vir falar. E o Claudio - que é o nosso Mestre de Cerimônias, vai coordenar aqui o tempo de fala.

Então, para que a gente seja bem objetivo, pessoal, para que a gente ganhe tempo, tem muitas pessoas para falar. A Mesa depois precisa falar, para a gente agilizar.

Quem é o primeiro a se inscrever, por favor, da ocupação Cascalheira? Vamos começar pela nossa ordem aqui: a ocupação Cascalheira tem alguém? Alguma liderança para falar aqui? Se não tiver, nós já seguimos para outra. Cadê?

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) - Estão vindo.

Deputada, só um aparte.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) - Queria registrar que a Prefeitura de Porto Velho, na pessoa do Prefeito Hildon Chaves, foi convidada; e a Secretaria de Regularização Fundiária e Habitação do Município de Porto Velho, também foi convidada, e infelizmente, aqui não chegou. E é lamentável porque é com a Prefeitura de Porto Velho que a maioria desses problemas deverão ser solucionados.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Lamentável, mas é o registro que precisa ser feito. O problema existe. São nessas horas que a gente vê quem realmente quer nos ajudar nessa caminhada. Então, é triste registrar isso.

O primeiro inscrito, por favor, pessoal, para a gente agilizar.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) - Andreia já pode trazer o primeiro para ir falando, e você vai pegando o nome do restante.

O representante do bairro Cascalheira já pode se dirigir aqui à tribuna, por favor. Por favor. É você? Seu nome é Paulo?

O SR. PAULO JOVANO DA SILVA FIGUEIREDO - É. É. **(fora do microfone)**

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) - Gente, o senhor Paulo, representante do bairro Cascalheira, vai falar por, no máximo, quatro minutos.

O SR. PAULO JOVANO DA SILVA FIGUEIREDO - Boa tarde, pessoal. Eu sou Presidente da Associação do bairro Cascalheira, hoje denominado como bairro Aparecida. Eu quero aqui parabenizar, dar um boa-tarde a todos que estão na Mesa, toda a população que está se fazendo presente nessa tarde, nessa belíssima Audiência Pública. Eu quero louvar aqui a Deputada Cláudia de Jesus por essa iniciativa que, entre os 24 deputados, ela está sendo a única que tomou essa iniciativa de olhar para essa população, dos lugares de riscos, os menos favorecidos.

O que nos dói aqui, fortemente, é o nosso coração, a nossa alma - chega a doer a alma -, é de ver a separação do município, porque o Município de Porto Velho era para estar presente aqui também nesta situação. O nosso Prefeito de Porto Velho está a par de todas as ocupações de Porto Velho, e todas as Audiências Públicas que são marcadas, sempre ele não comparece e ninguém da sua Secretaria, porque sempre ele foge dessa população menos favorecida.

Mas, vai chegar, vai chegar o momento que vai bater de porta em porta para pedir voto de novo e é o lugar que ele foi mais bem votado dentro do Município de Porto Velho. Foi nas ocupações, onde estão as pessoas, para quem eles fazem promessas, as pessoas acreditam neles - principalmente na Zona Leste -, acreditam neles, votam neles, e depois não obtêm o resultado.

Então, eu quero parabenizar a Deputada Cláudia. Quero dizer que nós estamos ali, desde o ano de 2010, no bairro Cascalheira – hoje Aparecida – com 1.200 famílias, a qual a nossa luta tem sido grande. Outro dia – dentro de poucos dias atrás, esse ano ainda –, nós fechamos a BR ali, o Comandante que ali está, esteve lá presente conosco. Nós fizemos um monte de ações para chamar a atenção das autoridades. E, graças a Deus, hoje eu estou aqui, muito feliz, participando dessa Audiência, ver a atitude da deputada.

Não é querer engrandecer, eu estou conhecendo a deputada... Conheço o pai dela há muito tempo, que morava ali na T-20, em Ji-Paraná – o senhor Anselmo de Jesus –, eu conheço ele há muito tempo, e hoje estou conhecendo ela. E quero dizer que o bairro Aparecida está de portas abertas, se a senhora continuar com essa tua atitude de ajudar os menos favorecidos. Lá estamos nós, de portas abertas, para lhe receber, para lhe apoiar naquilo que for necessário, desde que venha um resultado positivo à população e aos moradores daquele bairro, que é o bairro Cascalheira, o qual nós representamos e estamos no 4º mandato lá, representando aquele povo.

Então, essas são minhas palavras. Saio daqui alegre pela atitude do governo federal, pela atitude do Governo do Estado. Eu tenho que parabenizar também o Governo do Estado, o Coronel Marcos Rocha, por mandar representante para ouvir a população. Mas, infelizmente, o nosso Poder Executivo Municipal sempre nos envergonha com esta atitude. Este prefeito que aí está é um prefeito que trabalha no psicológico das pessoas com asfalto, mas deixa a desejar com a moradia. E está aí: nós à mercê.

Se não fosse a deputada tomar essa atitude, nós não estaríamos aqui hoje. É um prefeito que não cuida de saúde,

não cuida da educação, mas cuida, sim, de um asfalto. Porque ele visa o asfalto e sabe que o povo que tem um carro, que tem uma moto, quer um asfalto para andar em cima, e é a área que ele mais trabalha no dia de hoje. Mas, somos nós, população, que estamos lá, à mercê, com ordem judicial para sair de nossas áreas. Sempre quando nós procuramos o Prefeito Hildon Chaves, ele diz que não pode fazer nada por nós, assim como essa representação aqui no dia de hoje, que não tem ninguém do Município de Porto Velho presente.

É lamentável. Mas eu agradeço por essa oportunidade e creio que, a partir de hoje, nós estejamos com um contato direto com a Deputada Cláudia de Jesus, a Deputada Estadual, que já começou a conquistar o meu coração. E as portas do bairro Cascalheira estão abertas. E muito obrigado a todos.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) - Obrigado, Senhor Paulo. Obrigado, Senhor Paulo.

Veio aqui agora para falar, representando o bairro Porto Cristo II, o senhor Reginaldo Souza.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Pessoal, eu queria pedir que, na fala das lideranças, fôssemos objetivos também sobre os encaminhamentos. O propósito da Audiência é também os relatos das problemáticas, os principais problemas que estão acontecendo, para que a gente possa fazer os registros; para que a gente possa, posterior, ajudá-los nessa resolução.

Então, é muito importante, nas falas dos senhores e senhoras, deixar bem registrado até para que quem está aqui

na Mesa, quem puder também contribuir depois nas respostas, poder já ajudar vocês, ok?

O SR. REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA - Boa tarde para todos. Boa tarde aos nossos companheiros que estão aqui ladeando essa tribuna, nos auxiliando nessa Audiência Pública. A minha comunidade amada, bairro Porto Cristo II. Cadê o bairro Porto Cristo II? Parabéns a todos que vieram, que se empenharam, estão aqui para ouvir esta Audiência Pública; a todos que estão presentes, aos líderes comunitários das suas comunidades, a cada representante da comunidade presente.

Essa comunidade de Porto Cristo, que também nasceu no ano de 2010, tem em torno de 13 anos. Uma comunidade consolidada no Município de Porto Velho. Essa comunidade que já tem posteamento, energia, já tem coleta de lixo, já tem colégio próximo. Essa comunidade agora, no ano de 2023, foi surpreendida com uma reintegração de posse. E a gente unanimemente se uniu como comunidade. Estivemos acampados na Câmara Municipal do Município de Porto Velho, onde a Deputada Cláudia de Jesus esteve presente, juntamente com o Ricardo. Cadê o Ricardo? O Ricardo está presente? O Ricardo levou a deputada lá e nos acolheu juntamente com um conjunto de pessoas que acolheu essa comunidade.

Por esses últimos dias nós tivemos uma audiência, uma audiência de conciliação. O proprietário ou suposto proprietário da comunidade, pediu R\$ 10 milhões em uma área de 5.000 m², são 17 hectares. A comunidade está presente aqui, estamos para lutar, estamos para guerrear, porque a nossa moradia, o nosso direito de habitar, a nossa dignidade está no meio desse impasse e a comunidade está presente para isso. A gente não está aqui para atacar

ninguém, mas sim, para resolver o problema e pedir a esta Casa, que já tem uma lei municipal, uma lei de conciliação, a qual o bairro Porto Cristo fez, veemente, o seu empenho a fazer a votação e 19 vereadores votaram a favor.

Essa lei mediada foi para a PGM (Procuradoria-Geral do Município). Lá o prefeito, juntamente com a PGM, vetou a lei, mas nós tivemos ali veemente, juntamente com a Câmara Municipal, quebraram o Veto e promulgaram essa lei e ela está hoje em vigor, uma lei de conciliação. E ela não só abrange o bairro Porto Cristo, ela abrange sete bairros dentro do Município de Porto Velho.

Essa é uma lei de conciliação, ela é captativa. Ela capta recursos do governo federal, do Governo do Estado, do Município, até de empresas privadas, capta recursos para conciliar essa problemática dentro do Município de Porto Velho, que são as áreas de ocupação. Onde as áreas não estão, eu posso dizer para todos vocês, não estão regularizadas e precisa regularizar para trazer e causar a dignidade a essas famílias que precisam. E hoje eu quero agradecer a todos que estão aqui. Essa é a minha palavra de agradecimento, meu coração. Deus abençoe a todos.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônia) - Obrigado, Reginaldo. Disciplinado.

Agora nós chamamos o representante do bairro Monte Sinai, o Senhor Alex Santiago.

O SR. ALEX SANTIAGO DO NASCIMENTO - Boa tarde a todos. Em nome do bairro Monte Sinai, quero agradecer a todos aqui presentes, as lideranças, a nossa amiga Dona Rosália, que

me fez o convite; a Presidenta do bairro Porto Cristo, a Dona Luciana; o Paulo, do Aparecida.

É muito triste ver essa situação, o município não está presente aqui. Quanto mais a gente precisa deles, que a regularização fundiária e resolver a situação, que é um calo dentro de Porto Velho. Recentemente tivemos uma situação também lá dentro do bairro Monte Sinai, já tivemos outra Audiência Pública na Câmara Municipal para tratar da regularização fundiária e nada foi feito. O Secretário ficou de fazer um levantamento. Isso já tem um ano que o bairro Monte Sinai, que também está nesse *hall* de regularização fundiária, que precisa também dessa atenção do município.

Quero aqui agradecer a todos vocês, ao Governo do Estado, que recentemente fez um trabalho dentro da nossa comunidade, de limpeza e encascalhamento. E sempre que nós podemos, a gente está junto para trazer melhorias para a comunidade. O bairro Monte Sinai existe há, praticamente, 17 anos, que na nossa gestão como presidente, eu estou no meu segundo mandato, a gente só era rabicho. Hoje, temos iluminação pública, coleta de lixo, um pouco de asfalto e mais de 800 moradores. Isso dentro do bairro Monte Sinai.

E outra, recentemente tivemos e sabemos de uma área que existe ali no Areia Branca. Uma área que há mais de 20 anos, deputada, não está sendo vista, abandonada e recentemente teve uma comunidade, que batizamos como Areia Branca 2. Fizemos um movimento e colocamos 103 famílias naquela área.

Essa área se encontra sob poder do município, depois que entramos e fizemos o movimento. Então, temos 103 famílias cadastradas, que foram despejadas, vamos falar assim, por força policial e sem nenhum mandado judicial.

Depois da ocupação, começou a falar que iria ter um empreendimento de Minha Casa Minha Vida, mas não temos projeto.

Fizemos um levantamento da área. Não tem nenhum documento que fale da marcação que tem. O que sabemos, quando fomos mais a fundo, é que essa área foi desmembrada, foi doada para uma associação do Corpo de Bombeiros e agora está sendo comercializada. Foram feitos três Projetos de Lei e nem sabemos se, realmente, o prefeito está sabendo dessa situação.

Estão brigando, a comissão, que tem a nossa amiga Conceição que é representante também de lá, para a gente chegar perto do prefeito. Estivemos recentemente com o Dr. Santana, junto com o Dr. Eduardo. E o próprio Dr. Santana falou que a área voltou para o município. E todas às vezes que nós entramos ali com essas comunidades, incluindo famílias que foram despejadas ali no lixão, chega polícia e tira todo mundo, uma coisa impressionante. Um abuso de autoridade e a gente quer uma atenção do município e, infelizmente, eles não estão aqui. E eu fico muito triste por isso, porque a gente não consegue passar essa mensagem diretamente para o Secretário e até mesmo o prefeito.

Vou passar um pouco o meu tempo de fala para a Dona Conceição, que também é moradora de lá, que também está junto com a gente nessa comissão.

Lembrando, Deputada Cláudia de Jesus, que são 103 famílias que saíram de lá, e algumas ainda estão dentro do mato, esperando uma resposta para a gente poder voltar e continuar realocando essas pessoas pelo nosso direito de moradia. Muito obrigado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) - Chamamos a senhora Maria Conceição da Cunha, representante do Areia Branca 2. Por até quatro minutos, disciplinadamente.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO DA CUNHA - Boa tarde para todos. Eu estou aqui representando o Areia Branca 2, como o Alex já comentou. É uma área que tem mais de 20 anos, viu Alex? São 38 anos, segundo os moradores, que nunca viram ali um trator da prefeitura. Foi a primeira vez que os moradores viram um trator da prefeitura dentro daquela área - os ocupantes dos 103 lotes, mais de 450 pessoas - ali naquela área. Elas construíram e, depois de construírem, o trator da prefeitura foi lá com a polícia, com seu abuso de poder, com ameaças à população e tirou toda a população de lá. E a população retornou, novamente, e eles, mais uma vez, tornaram a passar por cima.

Quando eles estão passando por cima das casas das pessoas, eles estão passando por cima dos sonhos das pessoas. Vocês me desculpem se eu chorar. É porque isso me entristece muito de ver... Ali foi muita gente chorando. Um desespero, gente, de pessoas que não têm, realmente, onde morar.

Como o Alex falou, até hoje tem gente morando no mato porque foi uma área onde o trator não conseguiu entrar. Até hoje tem pessoas morando lá, gente. Então, sim, isso é muito triste!

Se a prefeitura, se o poder público pode dar a metade daquela terra para os bombeiros, porque não dar para a população, que, eu tenho certeza, tem mais necessidade do que uma Corporação de Bombeiros. E agora, essa área era só para a Corporação de Bombeiros, mas agora lá dentro está

sendo vendida. Tem médico - nós podemos provar - tem vereadores, tem muita gente comprando terreno lá, mas nós não podemos ficar com a sobra, porque a sobra, foi só 150x280. Foi a sobra deles. Nós não podemos ficar lá.

A população não pode ficar lá, gente, porque eles ameaçaram que se nós botarmos o pé lá dentro, eles vão entrar com bala de borracha atirando na gente. Isso não pode. Já procuramos a prefeitura, mas não tivemos nenhuma resposta, gente. Então, nós, agora, estamos aqui clamando, pedindo a vocês ajuda: que socorram o povo daquela comunidade do Areia Branca 2. Obrigada.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) - Obrigado. Chamamos agora a representante, líder comunitária do Park Amazônia, Márcia da Silva. A próxima fala será da senhora Luciana. Já fique aqui próxima.

A SRA. MÁRCIA DA SILVA AVELINO MAGALHÃES - Boa tarde a todos. Fazer uma quase correção aqui, porque está aqui como uma ocupação, mas eu estou aqui como uma "ocupante", hoje. Nós somos um loteamento, lá. Um loteamento que foi aberto de forma indevida, não é, e estou aqui como ocupante porquê: tenho o Inteiro Teor da minha casa, quitada; e, quando a gente tem o Inteiro Teor, a gente imaginou "estou com a minha casa pronta". Mas, chegou o mandado de um oficial dizendo que a minha casa foi dada como penhora para alguém.

Então, por isso eu lutei tanto para estar aqui nesta tarde. Porque não é fácil estar em ocupação. Muitos podem dizer assim: "Ah, ela está em um loteamento." Lá temos

escola, temos creche, temos Caerd, Doutor Lauro está lá, não é? Mas eu hoje sou "ocupante".

Como ocupante? Eu paguei o meu terreno. Eu tenho uma casa lá. Quando foi passado para o juiz que lá só tinha cinco casas, quem aqui mora próximo, sabe que o Loteamento Park Amazônia hoje está quase todo tomado porque estamos ganhando asfalto e os moradores estão chegando. Então, hoje, não tem só cinco casas lá. E eu me coloco na posição de quem mora no Porto Cristo, no Cascalheira, que é enganado por muitos políticos.

Eu quero aqui ressaltar e agradecer à Deputada Cláudia de Jesus por nos dar a oportunidade de estar aqui, que foi a única que nos abraçou. Eu não votei na deputada. O meu deputado não está aqui. Eu me envergonho. E cadê os outros deputados? Porque eu tenho certeza de que muitos dos que estão aqui, o deputado de vocês não está aqui. E olha quem nos abraçou?!

Isso é vergonhoso, porque eles foram todos convidados. Não tem esse de dizer "ah, o meu deputado não sabia". Eu tenho certeza que nenhum não foi convidado. Então, passo aqui a minha indignação para os deputados que não os respeitaram nesse momento de estarem aqui, pelo menos, em uma cadeira simples, como a gente. Sabem por que não estão? Porque eles têm mais três anos. Mas, olhem bem para os que não estão aqui, porque daqui a quatro anos estarão lá de novo pedindo voto dentro das ocupações, que eles vão lá, enganam, prometem...

Dento do meu bairro, sábado, teve uma reunião enorme. Nosso Secretário da SEMUR (Secretaria Municipal de Regularização Fundiária) foi lá e prometeu, nossa, um sonho, que está tudo pronto, que a gente vai ter REURB (Regularização Fundiária Urbana). Foi lá com o vereador,

por quê? Porque a gente vai ter eleição. Mas, eu não acredito em conto de fadas. Eu tenho os pés no chão e eu sei que nem toda promessa política se cumpre. Então, eu peço, deputada, que a senhora olhe para esses moradores que estão aqui com muito carinho, porque tem criança aqui que possivelmente, porque a gente escuta muito nos corredores "ah, porque não pode desocupar terra, porque tem uma lei que ampara". Mentira!

Não existe usucapião. Se existisse, o meu Inteiro Teor teria validade, mas não tem, porque passaram para o juiz que meu terreno não tem uma casa dentro. Então, o loteamento, o município colocou para o juiz que lá só tem cinco casas. E a minha casa, hoje, está baldia, mas quando chegou o oficial eu tomei um susto. Por quê? Como assim a minha casa vai para indenizar alguém? E nada aconteceu, não foi um engano, não. Foi treta mesmo.

Então alguma coisa muito séria está acontecendo dentro dos lugares, das ocupações. Políticos estão indo lá prometer mundos e fundos, aí quando for desocupar, todo mundo tira da reta, porque não quer sujar.

Então, deputada, obrigada pela atenção, à Mesa. E eu peço ajuda àquele senhor que está ali no meio, porque eu tenho certeza que daqui dois anos a revitalização do Park Amazônia vai cair na sua mão, para fazer o geo. E nos socorra, porque vai ter eleição, a gente vai ter eleição, a gente vai ser abandonado lá, porque só vai sair regularização se o prefeito ganhar; porque se não ganhar, a gente volta à estaca zero. Então, olhe bem para mim, porque eu vou lhe perturbar, está bom? Obrigada.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) - Obrigado, Dona Márcia. Ouvimos agora a senhora Luciana

Riscik, Presidente da Associação Porto Cristo 1 e 2, por até quatro minutos.

A SRA. LUCIANA RISCIK - Boa tarde a senhora deputada, à Mesa composta pelas autoridades, aos moradores e as comunidades presentes.

Bom, aqui eu venho expor, deputada, a situação não só do Porto Cristo, mas demais bairros que eu vou citar aqui também. Aqui na pauta foi falado que houve um déficit de 17 mil moradias, que a prefeitura alega essa quantidade de moradias. Aí fica minha pergunta, que eu queria o Secretário de Habitação aqui, o representante do prefeito, cadê a Câmara de Vereadores, os representantes do município? Porque hoje a situação está vindo em nível de Estado, em nível de governo federal. Cadê os representantes do município para responderem quando foi solicitado pela Justiça o levantamento socioeconômico dos moradores dessas áreas em conflito?

Pergunto para o município, que também não se encontra aqui, estou com o Inteiro Teor da área do Porto Cristo inteiro. Por que no ano 2022, especificamente no dia 28 de janeiro, a SEMUR teve dinheiro para averbar uma área no Porto Cristo? Cadê o resto das áreas? Por que não averbou também? Por que não pagou também? Porque nós somos moradores, detalhe: Essa área averbada está vazia. Esta área averbada encontra-se vazia. Senhor Secretário Edemir Brasil eu aguardo a sua resposta nessa situação.

Está na minha mão o Projeto de Lei em que o senhor Reginaldo convocou todos os moradores da área da última reintegração de posse, onde invadimos a Câmara para acampar lá. Foi feita uma lei lá, que o senhor Pacle assinou e encaminhou para o prefeito. E o que foi que o prefeito fez?

Vetou. O senhor Pacle disse: "Se voltar de lá vetado, eu sou o Presidente desta Casa, eu levo adiante e eu faço virar lei". Virou lei. Vocês sabem o que o Hildon Chaves fez? Entrou na Justiça contra os moradores de sete bairros, sete bairros que estão em litígio.

Moro na periferia da zona leste e tenho muito orgulho disso, porque o nosso Porto Cristo fica vizinho de Mariana, São Francisco, Airtton Senna, mas o índice de violência lá é quase zero. São famílias que precisam das suas moradias, são famílias que estão ali porque não têm dinheiro para comprar uma casa em um condomínio. Se tivessem, não estariam ali.

Então faço um desafio ao município, que quando um deputado, que nem a nossa Deputada Cláudia de Jesus e essas autoridades presentes aqui, se fizerem presentes, mande alguém. Você não quer enfrentar a população, mande um representante para pelo menos mentir para nós, mas trabalhem direito, porque fomos nós que elegemos vocês. Hildon Chaves, você vai apresentar o ano que vem, vai apadrinhar alguém para prefeito. Manda no nosso bairro pedir voto. Manda. Do jeito que o senhor vetou, do jeito que o senhor entrou na Justiça contra os moradores. Fica aqui a minha revolta e minha indignação com o Município de Porto Velho.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) - Obrigado. Chamamos agora, o representante da Comunidade Seringal Belmont, o companheiro Francisco Hernandez.

Como encaminhamento já, quem tem documento importante, que eu vi apresentando aqui, depois possa deixar uma cópia com a Andreia ou com o Carlino. Quem tiver Certidão de Inteiro Teor, essa coisa toda, vai nos ajudar, está bom?

Passo a palavra para o senhor Francisco Hernandez, Presidente da Comunidade Seringal Belmont.

O SR. FRANCISCO HERNANDEZ LIMA DA SILVA - Boa tarde a todos. É uma honra estar aqui. Agradecer a Deputada Cláudia de Jesus, que eu votei e acredito nela. Boa tarde companheiros e companheiras. Todos, todas e todes.

Eu vim através dessa oportunidade, trazer a demanda da nossa comunidade. Muitos daqui nos conhecem, ficamos acampados aproximadamente um ano, no Incra. Depois de um ano, e com esse governo federal novo, atuante, nova gestão, tem atendido nossa reivindicação.

Hoje, o lote que a gente reivindica a posse, realmente, é da União. O Incra está fazendo um excelente trabalho, através da nova equipe técnica. Agradecer aqui o nosso representante do governo federal - Gervano Vicente, um homem bom, de coração.

E hoje, a gente vive uma realidade onde estamos sofrendo um verdadeiro genocídio, por parte da prefeitura. Onde somos moradores de rua. A gente vive debaixo de lona; vive de doação; de pequenos "bicos". Não é uma vida fácil porque a gente já está aguardando um parecer judicial, uma audiência, que iria decorrer em três anos, mas ainda não teve. O lote de terras que a gente reivindica, a gente morava lá desde 2014 e em plena pandemia, no *lockdown*, a gente foi retirado de forma truculenta. E várias vezes, depois, mesmo sem liminar, a polícia foi lá e nos tirou de forma truculenta. E eu lembro muito bem, o nome do cidadão: Tenente-Coronel Amorim. Oh, homem mau. Esse homem é mau.

E outra coisa: eu venho aqui também, expor que a comunidade necessita, urgentemente, de direitos básicos.

Direitos básicos, que são: o direito a sanitário, água potável, acompanhamento psicológico, assistência social. Por quê? Porque a gente está abandonado pelo poder público, infelizmente.

O prefeito agora por último, entrou com uma reintegração de posse, sendo que a gente já mora na rua. A gente não tem para onde ir. Um verdadeiro descaso. Cortou a água que a gente usava, cortou os sanitários que a gente usava, cortou a internet para as crianças estudarem, é um homem muito mau. Eu repudio o interesse dele em querer causar esse transtorno, mas só que a gente tem um objetivo, a gente vai alcançar o nosso objetivo.

Agradecer novamente à equipe técnica do Incra, que já deu laudo, relatório, comprovando que a terra é da União, e também, a gente tem que ir profundo em cima desses cartórios, porque eles não têm nenhum critério para poder fazer escritura, sendo que um título de 1.020 hectares, foi transformado para 4.750 hectares. Grilando toda a terra pública e atrapalhando o camponês, o homem trabalhador da roça, o pobre.

E isso a gente tem que dar um basta, porque vem atrapalhando a classe trabalhadora, uma classe que sofre. A minha reivindicação são direitos básicos. Um acompanhamento jurídico que seja competente para poder cuidar e olhar para o pobre. É isso aí. Muito obrigado.

É uma honra estar aqui e ao mesmo tempo eu estou triste por isso. Porque não era para acontecer isso. Eu sou a favor da reforma agrária. Tem que ter uma reforma agrária e acabar com essa grilagem de terras feita por esses bandidos que fazem especulação imobiliária. Até mais.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) - Agora chamamos, representando o bairro Planalto, a senhora Cristielen Conceição.

Em seguida, será a Cássia Barbosa, do bairro Areia Branca I - Comunidade São João.

A SRA. CRISTIELEN CONCEIÇÃO DA SILVA - Boa tarde aos que estão na Mesa - Excelentíssima Deputada e os demais -; ao senhor que anunciou também, ex-deputado Cláudio; aos membros da comunidade que estão aqui, todos em prol da mesma situação, que é moradia.

E eu quero falar sobre o Planalto. Sou ex-moradora de rua, sou mulher, sou periférica, mas estou aqui para falar sobre a nossa comunidade, especificamente a quadra 100 e 109-A, Carta de Afloramento. Naquele dia que a gente veio aqui outra vez, a deputada acatou - a Deputada Cláudia de Jesus -, acatou o nosso pedido, os demais também, que estavam aqui. Também quero agradecer à CMP, a senhora Rosália, o senhor Eliel, o senhor Israel, os demais que não estou lembrando o nome agora, o senhor Eduardo ali se faz presente....

E nós moramos nessa situação lá, nós estamos naquele bairro. É um bairro humilde, que muita gente juntou seu dinheirinho com muito esforço para comprar sua casa. Teve gente que fez uma casa boa, tem gente que tem uma casa boa lá. Mas, com o dinheiro do seu suor. E teve gente também que está morando em barracos, que nem eu, eu moro em um barraquinho. Mas, eu agradeço porque eu não moro mais na rua. Então, é isso.

E também eu queria saber porque a situação é: como que a parte desse bairro era da União, do Incra, como é que foi

parar para a Ipê? Foi parar na mão da Ipê. Eu queria ter uma resposta dessa situação, como que é da União, do Incra, e foi parar na mão da Ipê? Lá nós estamos localizados, alojados, nós não estamos vendendo nada, nós estamos morando. Até porque nós estamos morando. E a Ipê não, ela faz vendas. E nós estamos morando lá. Nós estamos morando. Eu fui morar ali porque a minha irmã comprou para mim lá. E muita gente comprou lá, muita gente achava que estava tudo certo porque foi falado isso: "está tudo certo e não há nada de errado". Agora veio essa situação aí com ordem de despejo.

E tem muitas crianças, tem jovens, tem adultos, tem pessoas que têm problemas de saúde. Nós já temos coleta de lixo, nós já temos também "luz" – que eu pago "luz" também, tem muita gente que paga energia lá –, e é isso. A gente tem que ver que nós somos pessoas que estamos reivindicando nossos direitos, porque nós estamos lá e não temos como ir para outro lugar, outro canto. Muita gente que possa pagar um condomínio, dar o melhor para o seu filho e para a sua família é bom, mas a gente, por enquanto o que nós temos é o que nós temos. E nós temos que agradecer por isso, e estamos lutando por isso.

Então é isso, gente. Eu estou aqui só para falar que nós estamos aqui, o pessoal do Planalto ali não vieram muitos porque outros estão trabalhando. Então todo mundo lá está apreensivo de chegarem e tirarem a gente de lá. E nós estamos lutando por vidas, porque quando é na época de votação, de política, vão lá prometer isso e aquilo outro. Eu não votei na Deputada Cláudia de Jesus. Não votei nela – eu não sou hipócrita, vou falar –, mas eu tiro o chapéu para essa mulher, que ela deu o seu amor, o seu carinho para a gente, porque está aí, ó. Muitos não estavam nem aí. E eu agradeço a todos aqui.

E é isso que eu vim falar para vocês, que nós não queremos sair de lá e chamar a atenção da prefeitura para as comunidades, procurar colocar posto de saúde, parada, negócio de só fazer asfalto, essas coisas. E é isso, gente. Eu quero agradecer pela minha vez de fala. Obrigada.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) - Obrigado, senhora.

Chamamos agora a senhora Cassia Barbosa, Areia Branca I, Comunidade São João, KM 1,5.

A SRA. CASSIA BARBOSA - Boa tarde a todos e a todas. Quero saudar a Mesa. Deputada está de parabéns por sua iniciativa aqui.

Eu vim complementar com o Alex, com a nossa amiga, porque há mais de 40 anos, 40 anos eu moro no Areia Branca I. E o Areia Branca não tem, a gente não tem como justificar nada. Chega lá, não tem documento, não pode comprar terra, não pode negociar terra, ninguém sabe quem é o dono, ninguém sabe o que está acontecendo. Há 40 anos as famílias estão lá. Há 40 anos as famílias estão atrás do que pode ser feito, com medo de ser despejado. Todo dia com medo de ser despejado. Casa de alvenaria, piscinas, chácaras bem estruturadas naquela comunidade do Areia Branca também, e tudo à mercê.

Fomos com o prefeito, há mais de 30 anos que prefeito passa, entra e sai, entra e sai prefeito e nada de regularizar o Areia Branca. Areia Branca, assim como o Alex falou, Areia Branca está à mercê. Está jogado às traças. Fomos lá com o prefeito, o prefeito levou, eu levei o IPTU da minha casa e mostrei para o prefeito - uns prefeitos

atrás. Eu disse: "Prefeito, como eu vou pagar um IPTU para um dono de uma terra se depois ele vai chegar e vai me despejar? Como eu posso pagar esse IPTU se não está em meu nome?" O prefeito falou: "Vocês têm que pagar porque isso aqui é para fazer o benefício para a comunidade." Eu falei "Sim, a comunidade somos nós. A nossa casa está à mercê de a gente ser despejado a qualquer minuto. Eu quero só que o senhor regularize o Areia Branca."

Os bairros aqui, o que a gente pede é regularização de nossas casas. A gente pede a documentação de nossos terrenos. Não é isso que a gente pede? Nós estamos aqui para regularizar. Os nossos representantes têm que nos apoiar porque na hora de pedir o voto vão lá, mas na hora de regularizar, a nossa deputada está aqui sozinha.

Nós vamos colocar na São João, mudando do Areia Branca para a São João. São João, KM 1,5, Setor Chacareiro. As famílias estão em disputas. Tem três advogados nossos, que a gente contratou. A comunidade não tem dinheiro nem para pagar advogado, mas estão ali, várias famílias do Setor Chacareiro que vão ser despejadas, que moram lá, que produzem lá e estão ali tirando a renda da sua terrinha. Mas não, vão tirar o povo. Eles não estão nem aí para as famílias, não estão nem aí para as crianças, não estão nem aí para ninguém. Aqui a gente está procurando o quê, pessoal? Regularização das nossas terras. São 40 anos! Isso é uma injustiça! Eu estou há 40 anos no Areia Branca. São 40 anos sem uma resposta.

Então, aqui eu encerro a minha fala, deputada. E a senhora está de parabéns. De parabéns por representar a comunidade, as pessoas que elegem, realmente, os nossos representantes. É a comunidade que elege. Vamos lutar por nós, deputada? E eu acho que os outros deputados também, com certeza, vão lhe ajudar. Um abraço a todos e boa tarde.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônia) - Obrigado, senhora Cassia.

Chamamos agora o representante do Setor Chacareiro, Senhor Sirlei Nobre.

O SR. SIRLEI NOBRE SANTOS - Boa tarde. Boa tarde a todos. A nossa Deputada Cláudia, parabéns. David, parabéns, meu irmão, pelo trabalho que foi feito no Setor Chacareiro, pela compreensão daquele trabalho que foi feito lá. Muito obrigado.

A Defensoria Pública que está representada ali por uma mulher. Eu quero falar que o Setor Chacareiro teve vida depois que a Defensoria Pública entrou junto com o David lá no Setor Chacareiro.

E eu quero falar uma coisa para vocês, não fiquem zangados comigo. Eu vou falar uma coisa para vocês. Eu vou virar de costas, só um minuto, e essa minha viração de costas vai para o Presidente desta Casa de Leis, Deputado Marcelo Cruz. Vai para ele. Porque dentro do Setor Chacareiro foi o cara que mais pediu voto. Foi o cara que mais pediu voto, e andou lá dentro. E hoje se nega a receber qualquer reivindicação daquele Setor Chacareiro.

Mas, ninguém quer saber de aplauso político não, Deputada Cláudia e Gervano, a gente quer só regularização de nossas terras, que lá nós temos agricultores que colocam 80% da alimentação desse povo da cidade. Nós só queremos o direito de trabalhar. O David chegou lá dentro com a Sepat e fez o georreferenciamento de todo o Setor Chacareiro. E parabéns mesmo, que o Governador Marcos Rocha cumpriu, mas as promessas que nós tínhamos lá dentro do Deputado Marcelo

Cruz, que era de acompanhar passo a passo, nunca voltou para agradecer os votos de cada um que está ali. O Severino está aí. É ou não é, Severino? Mas isso não vem ao caso.

Gervano, você hoje está de parabéns, que você conhece o Setor Chacareiro e você vai nos ajudar, junto com o Incra. O Ricardo, do Sindicato Rural está acompanhando. Deputada, a gente está pedindo que se tiver que fazer junto, como a Sepat fez, que nós entramos em qualquer passe do crédito fundiário, que o Presidente Lula já colocou para nos assentar, para dar as nossas terras, para dar dignidade, para dar honra para aquele povo trabalhar. Porque nós somos representados por uma mulher, a Presidente Gabriela e a Vice Telma, que não se cala e não se dobra perante qualquer homem que está à frente da luta. Porque essas mulheres buscam recursos.

Nós tivemos derramamento de calcário lá dentro, de 90 toneladas, depois mais 40 toneladas e nós estamos distribuindo porque nós só queremos plantar e produzir. Nós só queremos aquele pedacinho de terra que nós estamos há 25 anos lutando por regularização. As meninas da Sepat, que estão aqui, entraram, se debruçaram lá dentro. Elas andaram no sol quente junto com aqueles rapazes e fizeram a diferença.

Então, Gervano, junto com o Incra, pega esse povo que sabe trabalhar, regulariza as terras. Deputada, eu tiro o chapéu para a senhora, porque hoje a senhora vai andar dentro do Setor Chacareiro de cabeça erguida, porque a senhora está dando uma mão para aquele povo. Está ajudando porque a senhora sabe, o seu pai também foi uma pessoa que lutou por todo mundo.

E nós só queremos o nosso pedacinho de terra para trabalhar. Hoje nós estamos, como um produtor, tirou 1200

melancias. Já vai na segunda, tirando 800, e melancia de muito melhor qualidade do que a de fora. É melancia que foi feita aqui, onde o povo só quer a regularização para pegar o seu documento da terra e financiar. E não ficar batendo em porta de governo, não.

Ele quer ir com seu título, no banco onde o governo federal colocou recurso. E a deputada está fazendo. Está fazendo a gente enxergar. Porque, depois, Evandro, que vocês entraram dentro do MDA, o Ricardo, do Sindicato, que era para estar sentado aqui também, levou todos os créditos fundiários. Hoje, a Presidente Gabriela já atendeu a mais de 50 pessoas com R\$ 25 mil. Com R\$ 25 mil, sem estar dependendo do Governo do Estado, de ninguém. Simplesmente, já com o geo, que a gente está fazendo lá a regulamentação, entendeu? Nós já estamos conseguindo.

Já pensou, Deputada, a gente com o título definitivo daquelas terras? Nós somos autossuficientes. E a gente quer falar uma coisa para cada um de vocês: visite o Setor Chacareiro. Visite as nossas produções. A gente só quer trabalhar. A gente não quer pedir favor de ninguém. A gente quer ter uma dignidade de trazer os nossos produtos, as nossas criações, para colocar na mesa dos rondonienses. Porque, qualidade e saber trabalhar a gente sabe. Peço essa atenção de vocês. Regularizem as nossas terras. Eu acho que é o sonho de todo mundo.

A gente estava indo lá no projeto Rio Verde, que os meninos estão ali, vocês precisam ver que plantação os caras têm lá dentro. Mas, não tem como trabalhar porque não têm a documentação de suas terras. A gente só quer a nossa documentação. Obrigado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) - Obrigado, Sirlei. Chamamos agora a Senhora Maria Antônia, representante da Terra Prometida Rural.

Em seguida, nós teremos somente mais uma pessoa da comunidade das ocupações, que é o Senhor Francisco Ivan, da Terra Prometida da Zona Sul. Já "encoste" aqui.

A SRA. MARIA ANTÔNIA OLIVEIRA DE ALMEIDA - Os meus agradecimentos a todos que atenderam a este chamado, a nossa Deputada Cláudia de Jesus. Eu também sou mais uma que não votei na sua pessoa, mas você tem o meu respeito a partir daqui. Agradecer ao pessoal que está presente na Mesa. A Rosália, a nossa amiga Gabriela, que sempre está me convidando para fazer parte, gente, porque a Maria Antônia, ela não tem muito conhecimento nesta caminhada, mas tem o desejo de fazer a diferença para aqueles que estão lá e que não têm moradia.

E o nosso pedido, hoje, é regularização para a margem esquerda, na nossa área, onde a gente já está lá há quase sete anos. Agora, no final do ano, nós vamos fazer sete anos. A gente está numa área que não está nesse "bolo", mas que a gente pode se antecipar e trabalhar.

Ontem estive com algumas dessas meninas aqui da equipe da Sepat, porque a boa liderança ela se antecipa, não é, verdade? Então, a gente se organiza e o que a gente quer, por estar na área do governo, é poder continuar com a moradia daquelas pessoas que lá estão. São chacareiros, são moradores. É área urbana e setor chacareiro. Então, esse povo, o que ele precisa é ter segurança para continuar.

E, como falou o colega aqui, quando a gente tem a documentação, a gente consegue fazer mais. Eles estão lá,

produzindo, trazendo para a mesa daquele que precisa. Só que eles precisam ter segurança. E a segurança é a regularização. É isso que nós pedimos. Regularização.

Esse é o meu povo, lá do Cinco e Meio, na BR-319. E fica o meu agradecimento à deputada e a todos da Mesa. Eu creio que nós vamos resolver essa problemática.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) - Obrigado, senhora Maria Antônia. Chamo agora o senhor Francisco Ivan, da Terra Prometida Zona Sul.

O SR. FRANCISCO IVAN - Boa tarde a todos e à Mesa. Quero agradecer à Mesa, em especial à Deputada Cláudia de Jesus.

Como alguns colegas falaram aqui, eu também não votei na senhora, mas estou admirando a senhora desde já. E vou lhe fazer uma pergunta: se a senhora, realmente, vai continuar essa caminhada? Pode contar com a minha pessoa, porque essa caminhada, como a senhora falou, não é uma caminhada curta; é uma caminhada longa. E a gente vai ter de andar bastante, correr bastante, bater em bastantes portas; inclusive, na porta do município que, infelizmente, não veio aqui, não está se fazendo presente.

A nossa área é o antigo bairro Dilma Rousseff, que hoje é a Terra Prometida. Essa é uma área que, quando tinha R\$ 968 milhões para serem investidos em água, esgoto e tratamento sanitário, era uma área muito cobiçada. Mas, depois veio o governo Michel Temer e retirou todo esse dinheiro, sumiu, para investir em outro lugar. Retirou. Aí a área, graças a Deus, não ficou tão cobiçada pelos poderes maiores. Certo?

A área, agora, foi criada uma lei também pelo ex-presidente Michel Temer junto com o antigo Ministro da Cidade, Bruno Araújo, que no dia 20 de dezembro de 2016 sancionaram a Lei 13.465 – ou é 13.646, uma coisa assim –, que toda a ocupação que tivesse na área da União, toda a população que estivesse em cima da área da União até aquela data de 2016 tinha por obrigação ser regularizada tanto pelo governo federal, quanto pelo governo estadual, quanto pelo governo municipal. Caberia a cada um escolher quem ficaria com essa área para ser regularizada.

Segundo, eu fui já na prefeitura, andando lá com Edemir, ele deu entrada, deputada, ele deu entrada no pedido desta área para o município. Porém, segundo ele, está faltando somente a resposta da União. A União pediu para o município fazer o georreferenciamento. O geo foi feito. Foi encaminhado para ele. Então, ele disse que agora só depende da resposta da União. Ou seja, do Incra, não é?

Querendo lembrar novamente que a lei obriga um dos três órgãos a regularizar a área. Certo? Então, assim, ficaria mais fácil o Incra passar essa bola para o município, bem rápido; passa para o município, ele se vira para regularizar. Ou o INCRA pegar e regularizar, investir dinheiro dos cofres públicos federal para fazer a regularização, fazer geo, fazer desmembramento de terras, pagar cartório e outras coisas mais que vocês que trabalham na área conhecem.

Eu não vou me alongar muito porque tem a Mesa para falar. Eu queria mais uma vez agradecer a oportunidade e a deputada. Pode contar com a gente, a gente vai dar sequência nisso aí. Muito obrigado a todos.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) - Chamamos agora o Eduardo José, que estava a tarjeta aqui, eu não tinha encontrado. Por favor, meu amigo, você é o último a falar pelos inscritos da comunidade. E em seguida a gente vai passar para a Mesa.

O SR. EDUARDO JOSÉ SANTANA - Meu boa tarde. Eu sou representante do coletivo do bairro Planalto, Planalto II. A gente está aqui em busca de uma resposta das nossas autoridades. A nossa Deputada Cláudia de Jesus, que está no nosso apoio. E todo mundo que nos conhece, a nossa luta, como que é aquele bairro ali, nós estamos passando por um momento muito difícil. Nós vivemos, verdadeiramente uma vida de conflito naquele bairro ali, a qual o bairro Planalto é um bairro, mas ele é composto de quatro problemas lá dentro, e problemas sérios, muito, muito complicado. A qual uma área foi ganha, beleza, essa área não vamos botar em conta. Está fora da nossa conversa. Mas, tem três áreas, que é o 109-A, a quadra 100 e a Carta de Afloramento.

Pessoal, nós somos compostos de 1500 famílias, juntando essas três áreas. É muita família, é muita moradia. Acontece um grande problema lá dentro. Lá confirmamos que a área é da União. A área, uma parte é do Incra. A prefeitura também tem uma parte lá dentro. Gente, eu acho que é mais dono de que terra. Tá? E só quem mora verdadeiramente dentro da terra somos nós. Nós somos moradores. Está ali a minha comissão, que a gente trouxe ali, de moradores do bairro. Não estou com mentira, não preciso estar aqui para mentir para ninguém, tá?

E outra coisa, o Prefeito Hildon Chaves se apresenta lá quando quer voto. Agora mesmo ele é contra nós moradores

também. Ele é contra nós, gente. Ele foi eleito em Porto Velho, bem eleito para ser contra nós. Isso é uma injustiça, isso é uma injustiça. Eu digo e afirmo, porque se ele tivesse sido eleito um prefeito a nosso favor, nós não estaríamos aqui indignados com isso.

Então, eu deixo aqui meu desabafo. Eu estou aqui indignado pela atitude do nosso prefeito, que não merecia ter sido reeleito, porque ele não merecia nossa confiança, porque um prefeito que ganha com o voto do povo para ser contra o povo é inexplicável. É inexplicável. Ninguém entende. Agora, para ganhar nosso voto, ele soube ir no nosso bairro, de um por um, de casa em casa, tanto ele como os cabos eleitorais dele. Para hoje ele ser contra nós? Isso, gente, não tem cabimento.

Não, não, nada justifica. Nossa indignação, acima de tudo. Tá? O Hildon Chaves tem feito isso com a gente. Enquanto isso estamos lá à mercê. Ninguém faz nada, ninguém sabe quem são os donos da terra, ninguém sabe o que vão fazer da gente. E estamos lá todos à mercê, tá? São 1500 famílias que estamos em jogo e estamos lá à mercê. Amanhã estamos arriscados a sair das nossas casas por mandado judicial; o prefeito nada faz; não sei porque a razão, não sei se ele tem interesse na terra, não sei eu a razão. Eu sei que ele era para estar nos ajudando e não ajuda.

E lá ele tirou muito voto daquele bairro. Até porque o eleitorado lá dentro do bairro é grande que apoiou ele. Eu não votei nele. E nem voto. E nem voto. Ele está vindo aí e disse que para governador. Não me interessa. Meu voto aqui ele não pega, não pega. Para isso, eu tenho o nosso pessoal, nós temos a Deputada Cláudia de Jesus, e nós estamos fechando com ela. Nós somos também do PT (Partido dos Trabalhadores), todo mundo. Obrigado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) -
Obrigado, amigo Eduardo.

Gente, tem uma pessoa aqui, que é o Anderson Coelho - que é da Associação ASPROVIDE, de Candeias do Jamari. Nós precisamos justificar, que essa Audiência Pública, foi convocada para fazer a discussão sobre o Município de Porto Velho. Então, não tem como falar de outro município, porque a pauta foi aprovada para tratar desse tema. O que nós, do gabinete da Deputada Cláudia, garantimos a vocês: vamos marcar uma agenda para a gente ir em Candeias, até vocês, e fazer essa discussão da problemática que vocês estão passando lá. E a Deputada Cláudia vai ver o que pode ser feito. Não é, deputada? Para contribuir com a luta de vocês, lá.

Chamamos agora, para em quatro minutos, falar nessa Audiência Pública, a Senhora Hilda Monteiro de Azevedo, que é Conselheira Municipal da Cidade, do Município de Porto Velho.

A SRA. HILDA MONTEIRO DE AZEVEDO - Boa tarde à Mesa; boa tarde a todos aqui presentes. Primeiro, eu quero fazer só uma observação, deputada, que a senhora leve para o Presidente desta Casa: que essa estrutura toda custou R\$ 100 milhões para o nosso bolso, dos contribuintes, e não tem uma entrada coberta, porque nós moramos num Estado amazônico - agora são oito meses de chuva e três de verão, e com verão com chuva intercalada -, e a gente chega aqui e não tem uma cobertura; o elevador para os PcD's (Pessoa com Deficiência) não funciona - tem que ficar correndo atrás de um e de outro para ver qual vai funcionar; e o calor - que

bote pelo menos um ventilador no elevador do pessoal portador de necessidades especiais.

Voltando aqui à nossa demanda, eu quero dizer para vocês o seguinte: o Município de Porto Velho tem uma lei do início dos anos 1980, final dos anos 1970 para início dos anos 1980, em que diz o seguinte: "que o município é obrigado a doar terra para todos os filhos de Porto Velho". Vocês sabiam disso?

Pois é, a lei existe. Foi feita na época que o Chiquilito foi prefeito, nomeado pelo Governador Jorge Teixeira, no início dos anos 1980. Então, essa lei - eu falei para o Secretário da Semur já várias vezes -, que ele tire uma pessoa para ir lá na Câmara dos Vereadores, fazer um levantamento de toda aquela legislação que tem lá, do início dos anos 1980, final dos anos 1970, exatamente que lá tem muita legislação que beneficia a população em todos os sentidos, e que hoje, ninguém sabe e ninguém viu. E elas estão lá natimortas, porque ninguém sabe e ninguém fala delas.

Eu passei um "zap" para ele na hora que eu cheguei - aquele "zap" voando -, perguntando se ele vinha para cá. Ele respondeu dizendo que não vinha, porque estava em uma audiência judicial com a União, neste mesmo horário aqui. E eu tornei a perguntar se era sobre as terras da União, que estão ocupadas pela população? Ele não me respondeu, mas eu vou cobrar dele, veementemente, sobre essa audiência que ele está tendo lá. Porque ele tinha que está aqui. Ele tomou conhecimento dela muito antecipadamente, ou então mandar o representante dele ou o adjunto dele.

E eu quero dizer aqui, deputada - que o tempo é muito curto -, que aqui nós temos 24 deputados. Que cada deputado desses, tire do seu orçamento financeiro, do seu gabinete,

verba do seu gabinete, se ele tirar em média de R\$ 2 a 3 milhões, os 24, dá para indenizar todas essas terras da União, do Estado e do Município.

Porque, segundo o Doutor Edemir, da Semur, o município com R\$ 40 milhões resolve o problema das moradias que estão em litígio; e as que não estão, e as que ainda vão estar. Porque nós temos processo em andamento na Justiça. Hoje, nós temos uma média de sete bairros, aliás, que estão já com a liminar na porta - suspensa pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, o Barroso. E pediu que o Estado, o Município, o Judiciário, criasse a mediação para poder fazer a intervenção em todas essas situações. Até agora, só o Poder judiciário que criou. Mas, o Estado tem que criar independente do Poder Judiciário, que ele criou junto; e o município também, tem que criar. E até agora nada.

E eu quero pedir aqui a todos os representantes dos bairros que aqui estão com problema, que façam essa mesma mobilização aqui para ir no gabinete do prefeito e exigir que ele faça também essa mediação da reforma agrária e da não-agrária. Porque, do contrário, só a Justiça não vai poder decidir. Porque nós temos terras lá em conflito que também ainda não estão na Justiça, mas que vão entrar.

O Maravilha II já está também com problema. A prefeitura está reivindicando ela lá, e tem gente que mora lá há 60 anos, 40 anos, 50 anos. Então, companheiros, eu quero dizer a vocês que essa luta é árdua, mas eu vou dizer uma coisa a vocês: Deus está no controle de tudo. Se Deus é por nós, quem será contra nós? E nós temos que ir para a luta. Nós não temos que ter medo da Polícia Militar porque quem paga o salário dela somos nós. A Polícia Militar não tem que chegar lá dando porrada em ninguém, dando "peia" em ninguém.

Para isso, nós convidamos aqui o Coronel – lá na SESDEC ontem – para ele vir fazer a mediação, porque ele é um homem preparado para isso. Ele é preparado. E é ele que nós queremos na mediação do Estado, que o governador coloque ele na mediação do Estado. E nós temos que brigar pela mediação do município também, de conflitos agrários e não-agrários. Ou nós fazemos isso agora, ou então eu vou fazer igual padre: ou fale agora, ou se cale para sempre. Porque a briga é feia. E nós temos crianças, idosos, mulheres grávidas, nessas áreas. E se vier esse despejo, vou dizer a vocês: o juiz não vai estar lá para “pegar porrada” não, que o juiz não vai lá, não, entendeu?

Então, nós temos que sentar... Inclusive, proponho aqui, deputada, que saia daqui uma demanda com esta Casa para se reunir com os juizes que estão com essas demandas nas suas mesas. Porque, muitas vezes, o juiz nem sabe o que na verdade está acontecendo lá. Ele nem sabe. Ele não sabe. Ele lê o que está no processo. E tem mais, vou fazer aqui a título de denúncia: em 1977, eu fui funcionária do Incra, até 1980; e, de lá para cá, não mudou nada do que eu vi lá quando eu fui funcionária no Incra. E eu fui secretária do coordenador das terras dessa área aqui de perímetro de Porto Velho, Projeto Alto Madeira. Então, minha gente, se a “esculhambação” naquela época era bacana, vocês imaginam hoje. Vocês imaginam hoje...

Quando eu saí do Incra, eu fui para a Junta Comercial. O Amazonas tinha mandado para Rondônia, naquela época – que ainda era Território quando foi criada a Junta Comercial –, que todas as empresas, imobiliárias, tudo que era do Amazonas quando foi desmembrado, resultado: eu nunca vi – que eu fui Diretora do Arquivo –, eu nunca vi uma imobiliária registrada lá como dona das terras que tem hoje. E, para a minha surpresa, tem imobiliária aqui que

diz que é dona de praticamente todas as terras de Rondônia, dizendo que em 1900 e não sei quando comprou essas terras. Mas, o Incra não tem como dizer se ele comprou ou não, porque é lá no Amazonas, e as terras foram passadas para Rondônia quando criou, se desmembrou Rondônia do Mato Grosso e de Amazonas.

Então, isso é um levantamento que eu gostaria que fosse feito, criado um grupo de trabalho nesta Casa de Leis, que fosse feito esse levantamento junto com o Incra e junto com o município, para saber exatamente quem é quem nessa história. Porque tem um processo na Justiça Federal, na 7ª Vara Criminal – fiquei sabendo esses dias –, onde o juiz já mandou prender, inclusive, alguns donos de mobiliária, mas ninguém tem coragem de prender porque os caras estão sentados na grana.

E, inclusive o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, está vindo para Rondônia para poder saber o que está acontecendo aqui, no Poder Judiciário, no Poder Legislativo e no Poder Executivo. Porque tem muita coisa acontecendo, gente, que vocês nem imaginam. Que vocês nem imaginam. Mas, a gente sabe, e é para isso que nós estamos aqui na luta. Eu sou do Conselho Municipal da Cidade, eu represento a União Estadual por Moradia Popular – UNMP. E lá é uma briga. Quem acompanha sabe, é uma briga de foice. E ninguém cala a minha boca, eu já falei: a minha boca só quem cala é Deus. Muito obrigada.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) – Obrigado, Dona Hilda.

Senhoras e senhores, concluimos essa fase de ouvir os representantes das áreas ocupadas. Neste momento eu passo a

palavra à Excelentíssima Deputada Cláudia de Jesus, para que possa conduzir a Mesa dos trabalhos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Bom, depois de tantas falas a gente faz uma reflexão. Eu acho que esse momento aqui é importante porque também, além de a gente ouvir todas as necessidades, a angústia dos moradores, acho que é um momento também para que a gente se coloque um no lugar do outro.

Eu vi muitos aqui me agradecendo, mas quero dizer para os senhores que não tem que me agradecer. Eu estou aqui para isso mesmo. Esse é o nosso papel. Hoje, eu não sou só deputada de quem votou em mim, mas sou deputada do Estado de Rondônia. Eu até disse que eu sou moradora de Ji-Paraná, eu moro em Ji-Paraná, porém hoje Deus me deu essa graça de estar aqui. E sempre digo que política é missão, não é uma profissão. A gente passa, daqui a pouco a gente não está mais, mas a gente precisa deixar legado. E o legado mais especial é cuidar de vidas, é salvar vidas, é a gente, realmente, poder ajudar os nossos irmãos.

Eu sempre observo muitas pessoas e vejo muitas pessoas, às vezes, batendo no peito dizendo que é cristão. Ser cristão é a gente olhar para o nosso irmão e cuidar de cada um. Eu estou bem, mas quero que o meu irmão também esteja bem. Porque eu acho que qualquer ser humano que está aqui hoje nesta tarde e viu aquela senhora chorando, uma mulher como eu, ali chorando por passar por tanto constrangimento, isso dói na alma. Isso dói. E estar aqui neste espaço de poder é ter a capacidade de se compadecer com a dor dos nossos irmãos.

Eu agradeço a cada um dos senhores que compõe essa Mesa, que nos respeitaram, aceitaram o nosso convite,

vieram aqui ouvir os senhores. E não é fácil. Às vezes, lidar com o problema de quem está na classe média alta lá em cima, que tem poder, é muito fácil lidar com essas pessoas. Mas, às vezes, lidar com as pessoas humildes, que estão ali passando por dificuldades, por sofrimento, com problema social, isso só é fácil em época de campanha. E eu sei muito bem disso.

Graças a Deus sempre tive o pé no chão, sempre respeitei muito as pessoas. Respeito tanto que me dispus a assumir essa responsabilidade mesmo tendo tantos parlamentares também aqui, eu assumi a responsabilidade porque me compadeci e sei que vocês precisam de ajuda. E o nosso papel é abrir portas. Eu tenho certeza que com as pessoas responsáveis que aqui estão, a gente tem, sim, capacidade, e diante das falas fazer encaminhamentos importantes, assumir responsabilidade para que a gente possa fazer um debate importantíssimo e conseguir ir sanando esses problemas.

Eu vi aqui falas que demonstram os problemas sociais, falas que demonstram a questão dos conflitos e a gente precisa ter habilidade para lidar com isso, porque nós estamos lidando com trabalhadores, com famílias, então a gente precisa de ter essa capacidade. As questões das parcerias entre os órgãos. A gente vê que tem terras que são da União, tem áreas aqui que são do Estado, tem áreas que são do município. Precisa dessa parceria. É possível estabelecer tudo isso aqui dentro dessas falas que foram feitas e até dentro dos encaminhamentos.

Então, hoje é um primeiro momento que a gente se reúne e sai daqui com muita responsabilidade.

E, antes de passar para a Mesa, para os componentes da Mesa, eu quero pedir aqui à pessoa do Cláudio, que estava

conduzindo esse trabalho, para que passe uma lista de presença para pegar o contato de todos os que compõem a Mesa, mas também que todas as comunidades, todos os que fazem parte das ocupações, que são lideranças, que têm essa disponibilidade para ajudar nesse processo depois, do grupo de trabalho, que possam também dar o nome. A gente sai daqui com esse compromisso de construir o grupo de trabalho, porque não vai resolver o problema hoje aqui.

A gente se reuniu, ouviu, tem uma série de problemas, a gente precisa se dirigir à prefeitura. Acho que o primeiro passo é marcar um diálogo com a prefeitura. Também ir ao Ministério Público com essa Ata que ficará pronta e ficará à disposição dos senhores, porque ali nós comprovamos na fala dos senhores e das senhoras aqui e até mesmo sobre o nosso Requerimento que convoca esta Audiência Pública, que esse problema existe.

Então, as Audiências Públicas dão condições para os gestores tomarem iniciativas importantes para resolverem os problemas. Isso não é uma brincadeira, isso não é fazer política, até porque nós não estamos em ano eleitoral. Eu não sou candidata ano que vem e nem sou aqui desse município, mas a gente está aqui com compromisso.

E, diante de tudo que vai ser falado aqui e diante de tudo que vai ser registrado ali, eu não tenho dúvida que aqui tem pessoas que têm responsabilidade para a gente resolver essa problemática.

Então, eu quero agora, para gente dar continuidade, a gente ouviu a plenária e agora a gente passa para a Mesa, chamar aqui para fazer uso da palavra, e na fala de cada um dos senhores: o que é possível se comprometer com o que foi falado? O que é possível se comprometer com o texto que foi lido ali, dizendo do problema? Então, o que for possível,

eu gostaria que na fala dos senhores ficasse muito explícito para a gente, realmente, ter resultado. Para a gente, realmente, depois fazer um diálogo consistente para que a gente possa ter resultados positivos para a nossa população que aqui está.

Para começar a fazer uso da palavra, ele pediu para falar que ele já tem uma reunião daqui mais um pouquinho, quero convidar o Gervano Vicente, que é Superintendente do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Um Ministério importante que hoje tem essa responsabilidade também de cuidar da questão da agricultura familiar, da produção de alimentos, mas também da regularização fundiária.

Então, Gervano, você que viu diante das falas a problemática, eu quero aqui pedir a você que seja o nosso intercessor junto ao governo federal. Nós sabemos da sensibilidade do governo federal. Então, que você possa nos ajudar a intermediar, porque tem pautas aqui, no que foi falado, que é competência do governo federal. Então, que você possa ser esse interlocutor para nos ajudar.

Fique à vontade. E o prazo, quatro minutos dá para os senhores fazerem a fala? Certo.

O SR. GERVAÑO VICENTE - Boa tarde a todos e a todas. É uma alegria estar presente aqui na Casa do Povo, a Assembleia Legislativa é a Casa do Povo. E também, em nome do governo federal, vir aqui cumprimentar a nossa deputada que está coordenando esse processo pedagógico da política, que é fazer Audiência Pública. Por isso que nós estamos aqui na Mesa, com dois ouvidos e uma boca. Ouvir o povo para poder, quando falar, levar esclarecimento e poder também fazer proposições que resolvam os problemas do povo, não é?

Agradecer aqui a presença dos nossos colegas que fazem parte também do governo do Estado. Todos os órgãos presentes aqui. Ontem mesmo nós estávamos discutindo aqui na Sepat a questão da regularização fundiária.

E iniciar dizendo, deputada, que ante ao que ouvimos, o problema não está só no campo. O Ministério do Desenvolvimento Agrário foi recriado recentemente. Eu estou há 90 dias à frente do Ministério aqui em Rondônia, e com o ouvido grande e com os olhos abertos para a realidade nua, crua, que vive uma boa parte da nossa população do Estado de Rondônia.

A regularização fundiária de que tanto se falou aqui, é hoje um dos maiores problemas do Estado de Rondônia. Nós estivemos recentemente em uma reunião com o Ministro Paulo Teixeira, que é o Ministro do Ministério do Desenvolvimento Agrário e de Agricultura Familiar, juntamente com a Conab, que aqui estava o Rosemberg, e com o Incra, que aqui está representado, estava lá em Brasília o Flávio, que é o nosso líder dentro do Incra.

E nós levamos para Brasília essa situação dramática que vive o Estado de Rondônia. Que vive um problema grave de regularização fundiária, como alguém já disse aqui, que vem de muito tempo.

O Presidente Lula, recentemente, bateu na mesa e disse o seguinte: "Não é possível, que tem tanta gente querendo terra para produzir, de terra, lote para morar, casa, e tem que invadir terra. E tem que fazer ocupação. A gente precisa fazer um levantamento de todas as terras públicas que nós temos e partir para o processo de regularização, fazer assentamentos".

E eu estava ouvindo aqui, agora, e ontem a gente conversava também com a Sepat, com o Governo do Estado, com

a Seagri, com a Emater, os problemas graves que nós enfrentamos. Os colegas aqui do Governo do Estado sabem que Rondônia, hoje, a maior parte da produção que nós temos, a gente acaba exportando. E o nosso Estado é um Estado rico. Mas, a grande parte dos produtos que adquirimos no mercado vem de fora.

Eu estive outro dia ali, visitando essa área periurbana, que a gente chama, porque é aquela área que fica no entorno da cidade, e esse Setor Chacareiro, como vocês chamam aqui, é fundamental, ele é vital para que se possa produzir para que a gente possa abastecer o nosso mercado.

E hoje nós estamos trabalhando, o governo federal, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, voltado para esta visão de a gente sair dessa agricultura temos hoje, para uma transição agroecológica, para produzir comida; mas comida com qualidade. Produzir alimentos saudáveis para que mate a fome e, também, as pessoas possam viver.

O MDA, através de uma ação finalística que tem aqui com a Conab, nós temos um programa de aquisição de alimento e ele é fundamental na área periurbana. O pessoal produz, o governo compra essa produção e distribui cesta básica, distribui comida para as pessoas.

Esse é um processo em que a gente tem que avançar. Nós fizemos o compromisso, e hoje, agradecer em nome do governo federal, depois o nosso colega do Incra vai falar, mas agradecer ao Governo do Estado por essa parceria que nós estamos fazendo hoje da regularização fundiária.

Aqui, no entorno de Porto Velho, a gente tem de avançar. Nós temos um grande problema que é a judicialização dos processos. Alguém comentou sobre essa questão do Poder Judiciário tratar a mediação, ontem eu

conversava com a Doutora Úrsula, que é juíza aqui de Porto Velho, do Tribunal, ela é uma das responsáveis pela coordenação desse processo. Nós estamos hoje aqui no Estado de Rondônia, só para vocês ficarem alertados, com mais de 60 processos já com despejo pronto. E isso abrange a mais de 3, 4 mil famílias, e isso eu estou falando do campo. Pelo jeito, aqui na área urbana é mais grave ainda.

Outro dia o pessoal aqui do Planalto II estava aqui comigo no MDA, porque é uma situação que essas terras, o entorno aqui, eram terras da União. Essas terras precisam, o município precisa requerer essas áreas para poder fazer a regularização fundiária. Tem legislação que trata disso e a gente precisa aprimorar.

É isso o que a deputada propõe, e eu dou os parabéns para ela, é criar essas comissões para a gente não ficar só no blá-blá-blá aqui. A gente precisa pontuar. E aí, a sociedade civil, através de vocês, precisa estar ativamente participando desse processo. E é importante a gente convidar.

O que é que vai sobrar para o MDA? O MDA tem esse papel de fazer essa articulação junto com o Estado, junto com o município. O governo federal, o Presidente Lula, nós estamos fazendo um lançamento agora do PAC, e, só para Rondônia, são mais de R\$ 27 bilhões que estão destinados para o Estado de Rondônia. Mais de 1.700 casas populares do Minha Casa Minha Vida urbano que nós estamos querendo fazer. Isso em Porto Velho. Estou falando de Porto Velho.

E aí a gente precisa alinhar. Porque, se a gente não alinhar isso, a gente terá problemas de regularização fundiária. Nós temos um grande problema em Porto Velho, na questão de saneamento básico. Nós temos baixa qualidade de vida aqui. Então, a gente precisa avançar nesse processo. E

o governo federal está de mãos abertas, pegando na mão do Estado, em parceria.

Nós vamos convidar o governador agora, nós vamos ter uma audiência com o governador para alinhar junto com o governo federal, e alinhar o município também, para que esses problemas graves que existem aqui, a gente possa partir para a resolução. E não é fácil, gente. Se fosse fácil, seria resolvido. É que é muito complicado. E o Estado tem que ter lado.

A Constituição Federal diz que é direito constitucional o cidadão ter moradia, ter alimentação. Então, se nós temos direito à moradia, é obrigação do Estado, do município, da União organizar, através da legislação pertinente. Eu fico até achando, não sei se o município está fazendo outra audiência pública ali, mas é preciso estar aqui. É preciso enfrentar o problema que é dele. O problema do município tem que ser enfrentado. A Sepat está aqui. O processo que eles vão falar depois de trabalhar essa regularização fundiária, juntamente com o município, e o que nos couber, juntamente com o MDA e o Incra, nós estamos aqui para poder trabalhar.

Quero fazer parte desse grupo para ajudar na articulação, para a gente efetivar essas políticas e resolver a grande maioria dos problemas do povo. Um abraço do Presidente Lula a todos vocês.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigado, Gervano, pela contribuição.

Agora eu quero convidar para fazer o uso da palavra, tem o direito de até quatro minutos, a Gabriela, que representa o Setor Chacareiro.

A SRA. GARBIELA ORTIZ CAMARGO - Boa tarde a todos. Eu sou Gabriela Ortiz Camargo, representante do Setor Chacareiro, uma área rural, e da Associação AAPIHGU (Associação de Ação Popular Integrada Hortifrutigrangeiro da União), que luta pelo povo, e também sou representante em nível nacional do CMP, por nossa luta, que conheço cada liderança. A gente tem que lutar juntos, se unir, para poder a gente conquistar as nossas terras.

Então, eu estou aqui, quero agradecer a cada um que está aqui representando essas lideranças aqui, nossas comunidades. Se vocês estão aqui é porque vocês têm um compromisso com esse povo, vieram para ouvir, porque quem deveria estar aqui não está - só tem uma representante. A gente fica muito triste com isso, porque quem vota somos nós, a maioria do povo que está lá no fim do campo... Mas estamos aqui lutando pelo que a gente acredita, que são as nossas terras, a nossa regularização fundiária.

Mesmo com essa luta, a gente produz. No Setor Chacareiro, 80% dos alimentos saem de lá para mercado, para feiras. E também a Associação AAPIHGU vende para a Conab. Tiveram dois projetos da Conab de R\$ 130 mil. Então, a Associação sempre está lutando por seu povo, lutando por sua comunidade, para que assim a gente seja atendido. A gente quer permanecer.

Nós estivemos esses dias também, segunda-feira teve uma lei do Prefeito Hildon, que mandou para a Câmara, sobre chácaras de recreio. Nós não queremos ter chácara de recreio, queremos ter chácaras produtivas. A gente quer ter chácara para a gente poder trabalhar, como todas essas comunidades que são rurais, e nós somos periurbanas, estamos bem perto da cidade. Então, a gente quer as nossas

terras para produzir. Nós não queremos para fazer chácaras de recreio, como assim foi feito. A gente não concorda com isso.

A gente, espero que nos ajudem para achar uma solução para que isso não aconteça, porque já foi mandado para a Câmara dos Vereadores. E essa é a nossa luta no Setor Chacareiro junto com nossos amigos. Vejam o sofrimento de cada uma dessas lideranças nas suas comunidades. Como eu, no que eu posso auxiliar, a gente está auxiliando, para quê? Para que assim também eles tenham as suas terras, a sua moradia. Esse é o nosso direito, o mínimo que a gente pede. É a moradia.

Então, também, eu peço assim, que eu possa fazer parte também para contribuir nesta comissão, se tiver, para estar ajudando, para acompanhar as nossas comunidades, para poder ajudar também elas que tanto precisam. Todos nós. Obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Gabriela, por sua fala. E quero te parabenizar também pela luta, pela perseverança. E lutar pela legalidade dessas áreas. E está sempre ajudando todos.

Agora, eu convido para fazer o uso da palavra o senhor Edmar da Silva Santos, que é coordenador da Comissão Legislativa do CRECI/Rondônia.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) - Ele teve um problema e teve que sair urgente. (**fora do microfone**)

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Avisando que ele teve um problema de saúde, com a mãe, e ele teve que sair. Mas, ele participou aqui conosco, e a gente agradece a participação.

Quero convidar para fazer uso da palavra, a senhora Késia Gonçalves de Abrantes, que é Coordenadora do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania da Defensoria Pública do Estado de Rondônia. Dizer que é muito importante tê-la aqui conosco, até porque a Defensoria tem esse objetivo de garantir direitos.

E aqui, nós estamos lutando pelo direito à moradia, habitação, à regularização fundiária e nós contamos com a sua força, nesse processo, para ajudar tantas famílias que aqui estão e tantas outras que não puderam estar aqui conosco.

A SRA. KÉSIA GONÇALVES DE ABRANTES NEIVA - Boa tarde a todos. Quero cumprimentar todos os integrantes da Mesa, na pessoa da Deputada Cláudia de Jesus. Quero parabenizá-la pela iniciativa. É de extrema importância a discussão desse tema. É um tema que traz diversos impactos sociais, econômicos e humanos para toda a sociedade rondoniense, sobretudo de Porto velho.

A Defensoria Pública é uma instituição que tem o interesse direto nessas demandas que envolvem regularização fundiária, porque nós temos como função institucional a proteção de grupos vulneráveis. E nós temos atuado juntamente com algumas comunidades que procuraram a Defensoria Pública, sobretudo, o Núcleo de Direitos Humanos e Coletividade da instituição, e propusemos, junto à Prefeitura de Porto Velho, baseado na Lei 11.465, de REURB's (Regularização Fundiária Urbana), a REURB de 7

comunidades. E essa propositura foi feita já há algum tempo.

Atualizo aos representantes das comunidades que aqui estão, que até o momento não tivemos resposta. Porém, essa lei prevê um prazo de 180 dias para que haja a resposta, ou que aceite a classificação daquela área como uma área de interesse social ou que não aceite. E a Defensoria está aguardando, ou os 180 dias ou uma resposta.

Juntamente a essa atuação administrativa, a Defensoria Pública também tem atuado em alguns processos judiciais. E considerando que há submissão da análise administrativa dessa problemática, nós estamos pedindo nos processos, a suspensão de qualquer medida que seja tomada, enquanto essa REURB não tiver uma análise pela Prefeitura de Porto Velho.

Então, essas são as providências da Defensoria, mas quero também dizer de antemão que, como instituição prevista na Constituição para resguardar interesses de pessoas vulneráveis, mesmo naqueles processos em que a Defensoria não está atuando diretamente como representante da comunidade, nós podemos atuar em qualquer processo, independentemente da presença de advogado, como *custus vulnerabilis*. Nós estamos ao lado daquelas populações mais fragilizadas. E a maioria das comunidades aqui presentes, neste contexto, é uma comunidade vulnerabilizada.

É importante também ressaltar que qualquer solução que seja tomada nesse contexto, não pode fugir da garantia do direito à moradia. Esse é o primeiro ponto. Fugir da garantia do direito à moradia, significa fazer uma política higienista naquele local e aquela população se deslocar para uma outra área de invasão. Porque eles não têm para onde ir e a própria Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental, que durante a pandemia, suspendeu qualquer

ordem de reintegração de posse no Brasil, e que foi renovada três vezes, durante esse contexto, essa própria ADPF prevê agora, uma retomada desses processos de forma paulatina. Mas, que deve ser respeitado sempre o diálogo com as comunidades envolvidas, isso é imprescindível, e parabeno mais uma vez, a deputada por isso, por viabilizar esse diálogo, isso é muito importante para a comunidade. E também, uma solução que perpassa pelas Comissões de Conciliação dos Tribunais de Justiça.

Em Rondônia existem essas Comissões. É um ambiente em que pode haver uma mediação. Alguns processos estão aguardando a submissão dessa mediação, e é um ambiente muito importante para que se chegue a uma solução para essas questões. Repito: uma solução em que seja respeitado o direito à moradia, mas não só o direito à moradia, como o direito a uma moradia digna. Não é simplesmente retirar as pessoas de determinado lugar e colocar em qualquer lugar, em que não haja dignidade, que não haja o respeito à condição humana. São famílias que trabalham, que precisam ter um lugar para criar raízes. E muitas já criaram, e isso não pode ser ignorado.

Então, coloco a Defensoria Pública à disposição para o diálogo com aquelas comunidades que já procuraram a instituição, mas também para aquelas que ainda não procuraram, porque nós temos legitimidade para atuar. E também a todos os integrantes das instituições que aqui estão presentes, também coloco a Defensoria Pública à disposição para participar do diálogo, da construção de uma solução que seja a melhor solução para o respeito à função social da posse. Isso é muito importante.

Agradeço a todos pela presença e pela oportunidade de estar aqui hoje.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Doutora Késia, pela sua contribuição, muito importante.

E agora eu quero convidar para fazer o uso da palavra a Tenente-Coronel PM Haldeniza Barbosa Costa, Subcomandante Regional de Policiamento I da Polícia Militar do Estado de Rondônia.

A SRA. HALDENILZA BARBOSA COSTA - Primeiramente boa tarde. Cumprimento os membros da Mesa, cumprimento os representantes das comunidades aqui presentes e os senhores. Como iniciativa eu parablenizo a deputada, porque é um dos problemas que hoje chama bastante atenção no nosso município.

E, enquanto Polícia Militar, o que nós podemos dizer para vocês? Que nós temos, sim, a nossa responsabilidade; que nós temos o nosso caráter preventivo, essencialmente preventivo. E, de certa forma, eu sinto falta desse pedido, como Polícia Militar. Porque não vi ninguém solicitar "olha, vai lá na minha área", "está acontecendo muito furto em tal horário". É claro que isso nós já devemos fazer, mas, assim, não ouvimos isso.

Ouvimos queixas, nós entendemos que essas situações vão contra o interesse dos senhores, que é a questão da manutenção da posse em suas áreas, alguns já estão há alguns anos - décadas até - nessas localidades, e nós entendemos que é necessário esse momento aqui de debate entre os órgãos.

Sentimos falta também da presença do Ministério Público e da presença da prefeitura municipal porque, na maioria das demandas, são os órgãos que nós acabamos tendo

o contato direto. Inclusive, quando nós vamos em cumprimento de algumas determinações judiciais, nós não temos a escolha de fazer ou não fazer. Nós precisamos cumprir o que se encontra determinado.

O Comando-Geral está aberto, tem adotado uma política aberta às comunidades, aberta às instituições, em que os senhores podem ter acesso e levar para a gente as dificuldades. Mas, o que nós podemos nos propor é levar a conhecimento todos os relatos que foram citados aqui pelos senhores, pelos representantes das comunidades, levar a conhecimento do Comandante-Geral, do Comando-Geral da Corporação, e nós traçarmos estratégias para que nós possamos atender da melhor forma possível, seja no atendimento de policiamento ostensivo, na prevenção, próximo a vocês, estabelecendo alguns contatos; ou seja, durante aquele momento em que nós precisamos atuar como força do Estado e que nós vamos acompanhando os Oficiais de Justiça.

Sempre nós pautamos por fazer um trabalho equilibrado de nos reunir antes, acompanhamos o Oficial de Justiça até as localidades para que eles possam fazer as notificações, é dado o prazo regulamentar, mas chega um momento em que a decisão judicial precisa ser cumprida. E a gente precisa atuar. Então, assim, não vai satisfazer. Uma frase que a gente sempre ouve dentro da Polícia Militar é que "a Polícia Militar quando está perto, às vezes ela incomoda, mas quando ela está longe, faz falta".

Mas, assim, de tudo, nós também queremos que vocês tenham essa situação de vocês solucionada, porque vai resolver outros problemas também. Mas, sobretudo, a gente necessita que não ocorram invasões. Inclusive, eu achei interessante a deputada colocar no documento dela, ela falou assim: "não se trata de apoiar invasões de terras. Se

trata de dar melhor condições àquelas áreas que já se encontram pessoas morando lá". E esse é o nosso papel como Estado, como representante do Estado.

A gente agradece o convite para a participação dessa Audiência e nos colocamos à disposição, deputada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada pela contribuição, pela fala da Tenente PM Haldeniza Barbosa Costa. Na fala, ela bem lembrou também aqui a ausência do Ministério Público. É lamentável, porque a gente trata aqui de tantos problemas, de tantas comunidades, então é triste não tê-los aqui conosco, porque eles, nesse processo, contribuem muito. Mas, quero que fique registrado aqui na nossa Ata feita aqui pela equipe da Assembleia, que posterior à conclusão, nossa Ata ficando pronta, nós já iremos marcar uma reunião para apresentar a eles, porque ficou oficializada aqui a problemática de todas as comunidades que aqui está relatada nesse texto.

E aqui a gente não vai tratar depois só da situação de quem esteve na Audiência Pública, nós vamos tratar da situação de todos o quantitativo de famílias que aqui estão. Então, aqui a gente abraça uma grande luta.

Agora, eu quero convidar para fazer uso da palavra o senhor Lauro Fernandes da Silva, que é Diretor Técnico e Operacional da Companhia de Águas e Esgoto de Rondônia - Caerd.

O SR. LAURO FERNANDES DA SILVA JUNIOR - Inicialmente, eu cumprimento Vossa Excelência Deputada Cláudia de Jesus, proponente desta Audiência Pública de extrema importância para a nossa sociedade. Cumprimento o meu amigo Tenente-

Coronel David Inácio, em nome do Governador Coronel Marcos Rochas, estendo cumprimento a todas as demais autoridades aqui presentes. Cumprimento também vossas excelências, todos os moradores e representante das comunidades que hoje estão aqui pleiteando pela regularização fundiária. Os nossos amigos da Sepat aqui também, todos maravilhosos.

Pois bem, pessoal, hoje eu estou à frente da Caerd como Diretor Técnico Operacional e por determinação e orientação do nosso Governador do Estado, que teve um olhar de zelo, de cuidado com a população, nos determinou que todas as tratativas referentes a saneamento básico tivessem um cuidado especial. O governador retomou obras importantes que estavam paradas aqui na nossa capital. A exemplo disso, a obra que hoje está sendo executada nesse complexo da nova estrutura, da construção da nova Estação de Tratamento de Água, e, juntamente com uma adutora de 1.400 milímetros e todos os reservatórios que estão ao entorno de nossa capital. Isso para daqui até o meio do ano que vem Porto Velho, como um todo, vai ser contemplado com 100% de água potável a toda a nossa população e de forma ininterrupta.

Hoje nós sabemos que há uma intermitência em alguns bairros aqui em Porto Velho e muitos outros, a exemplo da zona sul e zona leste, que são abastecidos por grande parte por poços tubulares profundos, aqueles ditos poços semiartesianos. E que hoje, em razão desse forte verão amazônico, que, realmente, esse ano veio muito intenso, grande parte desses poços, hoje, estão sofrendo com a baixa produção e, conseqüentemente, prejudicando o abastecimento das residências. E o nosso papel enquanto Caerd uma empresa que, realmente, foi muito judiada no passado, hoje nós estamos retomando a credibilidade da Caerd.

A deputada bem sabe disso, que acompanha tudo isso no Município de Ji-Paraná, o qual hoje, graças a Deus, a gente

está conseguindo enfrentar todos os problemas. Inclusive, entregando água no Segundo Distrito, que antes nunca existia essa perspectiva. Hoje nós estamos entregando água todos os dias, tanto para a parte baixa quanto para a parte alta, graças ao investimento do Governo do Estado de Rondônia e também o empenho necessário de todos os funcionários da Caerd, que têm se dedicado diuturnamente, para que toda essa evolução pudesse acontecer nesse atual cenário.

E, com relação à questão das regularizações fundiárias hoje, de fato, há uma problemática muito interessante de ser tratada aqui, porque a Caerd só pode ingressar em alguns pontos desde que haja segurança jurídica, tanto para a população quanto também para a instituição, em razão dos investimentos que vão ser empregados naquelas localidades.

Hoje nós estamos mapeando grande parte de todo esse contexto que envolve a nossa capital, para que nós busquemos investimentos através também do governo federal que tem ajudado bastante – cadê o representante do governo federal? Já foi. Acabou de sair. Mas, grande parte dos recursos que estão sendo investidos hoje aqui na capital são também do Governo do Estado de Rondônia, contrapartida do Governo do Estado de Rondônia. E com isso nós estamos conseguindo alcançar essa parte de saneamento básico, as pontas também da nossa capital.

É claro que ainda há muito para se construir devido ao novo marco regulatório. A nova legislação prevê que haja até 2033, 100% de água tratada e distribuída para todo mundo e também esgotamento sanitário para até 90% da nossa população.

Foi falado aqui nesse relatório tem um dado importante, que faz parte daquele contexto do bairro Terra

Prometida, que é outro nome. Era Dilma Rousseff, mas também tinha outro nome. Eu esqueci o nome agora. Monte Sinai. Perfeito, Monte Sinai. O Monte Sinai tem uma área grande que no passado foi reservada para a construção de uma Estação de Tratamento de Esgoto aqui da capital, de Porto Velho. Como o colega havia falado, morador do Monte Sinai, o recurso realmente voltou para a União. Era um recurso de aproximadamente R\$ 700 milhões que retornou na gestão de 2015 ainda, do governo de 2015, infelizmente retornou e nós perdemos R\$ 700 milhões que seriam para implantação do esgotamento sanitário aqui na nossa capital.

Isso quer dizer que nós vamos ter que buscar recursos de outras instituições para poder implantar o esgoto sanitário aqui na nossa capital. O governo do Estado está correndo atrás disso juntamente com a Secretaria de Obras, que tem o Secretário Elias Resende como representante.

E a Caerd tem esse papel fundamental no desenvolvimento econômico e social, através do saneamento básico, que isso traz também saúde pública a todos os moradores, e, deixo aqui a Caerd, novamente, à disposição da Assembleia Legislativa, que tem contribuído muito para que a Caerd possa também desenvolver o seu trabalho nos demais municípios nos quais a Caerd opera. Da mesma forma também a toda a população que desejar buscar a Caerd para que a gente possa verificar eventuais pontos que a gente possa fazer extensão de rede, a exemplo da Márcia, lá do Loteamento Park Amazônia, que sempre tem nos buscado, juntamente com os demais moradores, para melhorar o sistema de abastecimento e implantação de rede – até nas invasões que têm ao redor – a gente está sempre de portas abertas para atender a toda a população. Deixo, mais uma vez, a Caerd à disposição de todos vocês.

Forte abraço. Que Deus continue abençoando.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Muito obrigada, Lauro, pela sua contribuição e pelo apoio.

Agora eu convido aqui o Coronel PM Paulo Henrique da Silva Barbosa, Diretor-Executivo da Sesdec, para fazer uso da palavra.

O SR. PAULO HENRIQUE DA SILVA BABOSA - Boa tarde a todos. Deputada Cláudia de Jesus, para mim é uma satisfação. Todos da Mesa. Primeiramente, eu gostaria de dizer que a minha participação aqui se dá em virtude de um investimento do Governo do Estado na capacitação dos seus servidores da segurança pública. O governador tem investido nessa capacitação e através dela, eu pude realizar, junto com a Defensoria Pública, o Doutor Marcos Edson, na época, um curso de mediação policial que nós realizamos na Espanha, inclusive. E quando cheguei aqui, eu trabalhava na COE (Companhia da Operações Especiais), nós recebemos um mandado de reintegração de posse, exatamente lá do hoje chamado Terra Prometida, que antigamente era o Dilma Rousseff.

E nós, juntamente com a Defensoria Pública, já tínhamos esse mandado de reintegração de posse em mãos, e utilizamos dessas ferramentas de mediação de conflitos para poder conversar com aquelas pessoas à época. Houve todo um trabalho junto, na ocasião, com a Justiça Federal, por meio do Doutor Dimis Braga, que se sensibilizou e nos ajudou a fazer o trabalho da saída daquelas pessoas da melhor forma possível.

E o que eu tenho para dizer hoje é que a gente se coloca à disposição. Era algo novo. No ano de 2015 é que

foi aprovada a Lei de Mediação, mais ou menos, no mesmo ano. Hoje, como a própria Doutora Késia já falou aqui, o Tribunal de Justiça já tem o Núcleo de Mediação. A Defensoria Pública já tem estruturada o Núcleo de Mediação, mas, de toda sorte, a gente se coloca à disposição para ajudar no que for preciso.

A Tenente-Coronel Haldeniza já falou aqui que o papel da Polícia Militar, nesse contexto, é, realmente, cumprir o que vier da determinação judicial, e, obviamente, mais uma vez reitero, da melhor forma possível. Não é interesse da Polícia Militar chegar lá naquele local e retirar as famílias ali de qualquer forma. Pelo contrário. Nós estamos sempre sensíveis às necessidades da comunidade, como aconteceu lá, como aconteceu lá na Três e Meio também, acho que alguns aqui lembram, lá daquele conjunto habitacional da Três e Meio, onde, também, tive a oportunidade de colocar em prática esses conhecimentos frutos desse investimento do Estado. E, mais uma vez, como a Doutora Késia disse, a gente vai trabalhar em conjunto.

Estamos à disposição. A Polícia Militar não tem esse interesse de agir de forma truculenta, de agir de qualquer outra forma que não seja a forma mediada, a forma mais pacífica possível.

Hoje, trabalho na Secretaria de Segurança Pública junto com o Coronel Vital, que é o nosso Secretário, que também já está sensível às causas e tem trabalhado incessantemente na valorização profissional, na capacitação dos nossos policiais. Não só da Polícia Civil, mas da Polícia Militar, com uma série de cursos, uma série de investimentos e, mais uma vez, reitero: que a gente possa trabalhar com mediação nesse caso, precisa haver o aceite das partes. É um dos requisitos da mediação, que as partes aceitem que se trabalhe com mediação.

Então, nesse contexto, eu me coloco à disposição, deputada, com os conhecimentos advindos, exatamente, fruto desse investimento do Estado. Então, não é meu, o conhecimento é do Estado. Eu, como servidor público, me coloco na disposição de servir, realmente, na função de policial e na função de mediador. No que precisarem de mim, estarei à disposição, a Secretaria de Segurança está à disposição, e a Polícia Militar está à disposição, e, no que for preciso, viu Doutora, junto com a Defensoria Pública, atuar nessas ações. Muito obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Coronel PM Paulo, pela sua contribuição. Importante a sua fala e, justamente, foi falado muito sobre a questão dos conflitos. A sua presença aqui, nos faz ter a certeza de que a gente pode estabelecer esse diálogo com a Polícia Militar, na sua representação; também a presença da Tenente-Coronel Haldeniza e os demais.

A gente sabe que pode estar contando, até porque a gente iniciou uma grande caminhada e, para resolver problemas, a gente precisa unir as forças de quem realmente tem o poder da caneta, o poder de fazer a segurança, enfim. Então, a nossa gratidão por ter aceitado esse convite, por ter entendido a problemática e estar aqui conosco.

Agora, eu quero aqui convidar para fazer o uso da palavra o senhor Moacir André, que é engenheiro agrônomo e que representa o Incra, mas também antes de passar a palavra para ele, agradecer a presença do Jorge, do Incra, que está aqui com a gente. Obrigado pela presença, seja muito bem-vindo.

O SR. MOACIR ANDRÉ HORN - Obrigado, deputada. Cumprimentar aqui os demais componentes da Mesa. Também parabenizar a deputada pela nobre iniciativa de propor essa Audiência; pela coragem de trazer as pessoas aqui para estarem expressando a sua indignação, as suas angústias com relação a essa situação. Eu queria quebrar um pouquinho o protocolo aqui, fazer um cumprimento especial ao Carlino Lima, ex-superintendente do Incra, deixou suas marcas durante o período da sua gestão na autarquia.

Falar, pessoal, que a regularização fundiária, essa luta envolvendo o direito à moradia - que, diga-se de passagem, vale a pena sempre estar ressaltando, um direito fundamental -, ele envolve uma série de autores. São vários partícipes aí dentro dessa, de uma teia bem complexa de órgãos e agentes para estar resolvendo essa situação.

O que compete ao Incra nesse contexto todo, já foi inclusive algumas das pessoas que expuseram aí suas falas, já deixaram uma sinalização nesse sentido que cabe ao Incra fazer a destinação dessas áreas que estão ainda em propriedade da União.

A gente tem algumas situações que são competência da Secretaria de Patrimônio da União, mas o Incra tem essa tarefa, que é incumbida por fim agora da Lei 11.952, que é fazer essa transferência dessas áreas, sejam elas rurais ou urbanas. No caso do urbano, existe uma especificidade que a gente atua provocado pela prefeitura. Então, a gente precisa que a prefeitura motive um processo. O Incra instrui todo esse processo e faz a transferência da propriedade desse imóvel para a prefeitura. Então, de certa forma, pode ser entendido como uma regularização indireta, tendo em vista que a prefeitura é que vai estar fazendo essa regularização fundiária propriamente dita para os moradores, após essa transferência das áreas.

Então, assim, a gente tem aquela história, duas notícias, uma notícia boa, que é o fato de que o Incra tem retomado esse trabalho. Há pouco menos de dois meses, o Superintendente criou uma Ordem de Serviço para dar maior prioridade a essa atividade de destinação de áreas públicas. E de forma mais específica as áreas urbanas, que estão com ocupação urbana já consolidada, e pedidos de prefeituras para expansão urbana. Então, a gente tem iniciado um trabalho de planejamento, de levantamento dos processos que já existem, tendo em vista que essa demanda ficou bastante tempo parada.

Quando retornou a competência de regularização fundiária para o Incra, houve um período de mudança de normativos, o próprio Incra estava se reorganizando para começar a trabalhar a regularização fundiária. Então, isso provocou um certo atraso nessa na análise, na instrução desses processos. Mas, o Incra tem retomado isso.

E a notícia triste, notícia ruim, não sou eu que estou dizendo, são as pessoas que manifestaram isso, é que depende da prefeitura. A maior parte das situações depende desse interesse da prefeitura. Da relação que foi passada aqui – eu não tive acesso a essa relação antes da reunião – , a ocupação Planalto aqui tem um dos processos que já está em fase bastante avançada. As demais, eu vou ser bem honesto com vocês, eu não tenho conhecimento se existe processo dentro do Incra de verificação de domínio, que o *start*, a base para que a gente possa dar continuidade no processo é saber o domínio. Se a área é da União, é o Incra que vai estar instruindo, vai estar trabalhando para iniciar essa destinação.

Casas de áreas particulares, o ordenamento territorial urbano e a política urbana são competência da prefeitura. A prefeitura que vai estar fazendo essas intermediações aí e

resolvendo os conflitos, as situações que existem. Então, a gente vai deixar aqui, deputada, esse compromisso de estar fazendo uma análise com relação a essas ocupações que foram passadas, subsidiando o gabinete, o Superintendente Flávio a respeito dessas situações, tá? E de repente, não tem como a gente excluir a prefeitura desse diálogo. A gente tem que chamar a prefeitura para junto, especialmente nessa fase inicial, até ser concluída a doação dessa área da União para a prefeitura. Não é um processo fácil. Não é um trabalho fácil, mas exige de início, essa iniciativa da prefeitura.

Então, o Flávio não pôde estar presente, mas a gente estende o abraço do Flávio, à senhora, aos componentes da Mesa. E deixar esse compromisso, de que o Incra vai estar fazendo o seu papel. Só que não é, como eu disse inicialmente, têm coisas que não são só da nossa competência, a gente é só participe, dentro desse emaranhado de instituições, de atores, para estar resolvendo o problema.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (presidente) - Obrigado, Moacir, pela sua importante contribuição. A gente conta muito com o Incra nesse processo. E aguardamos esse estudo que você vai fazer para nos ajudar nessa caminhada. A gente vai estar lá lhe incomodando, para nos ajudar. E retransmita também, o nosso abraço ao Superintendente Flávio.

Pessoal, eu tenho uma notícia boa: nós só temos duas falas para concluir, mas no decorrer dessas duas falas, eu queria pedir aqui a Andreia - por favor, Andreia -, chega mais aqui para frente. A Andreia é minha assessora. Ela está descendo a escada ali, aquela moça que está

descendo. E nesse decorrer das duas falas, cada comunidade aqui, cada ocupação, leve o nome do seu líder, que ficará responsável para compor o grupo de trabalho, um por cada ocupação, tá? Deixe o nome e o telefone ali com a Andreia.

Eu queria que o Carlino - que é meu assessor, também - ficasse de pé, por favor, Carlino. Carlino é esse moço que está de pé. E Cláudio Carvalho, serão as duas pessoas, junto com a Andreia, que ficarão responsáveis, junto comigo também, para conduzir esse grupo de trabalho, lá pelo gabinete, junto com vocês, está bom? E os demais também, do gabinete, mas eles ficarão na linha de frente, mas a nossa equipe estará à disposição. Então, nesse decorrer, vocês já passem o nome lá para a Andreia, por favor.

Então, agora, eu quero convidar a senhora Rosália Oliveira, que é Coordenadora da União Estadual por Moradia Popular, para fazer o uso da palavra.

A SRA. ROSÁLIA OLIVEIRA DA COSTA - Obrigada, meu povo, boa trade. Em nome da deputada, quero cumprimentar os demais membros aqui da Mesa.

Eu não vou me prolongar, mas eu vou dizer aos senhores de todas as comunidades: Planalto, Park Amazônia - vão anotando aí, gente, anotem o que eu vou dizer para vocês -, Porto Cristo, Setor Chacareiro, Areia Branca II, Cascalheira e as demais comunidades.

Então, minha gente, a minha proposta aqui da Audiência Pública para essas comunidades - que são comunidades de particulares -, nós estamos solicitando de cada membro aqui da Mesa, e em especial, a Defensoria Pública, que encaminhe um documento para o Tribunal de Justiça, e para onde de direito for, a suspensão desses processos por 180 dias, até

que esta comissão busque uma solução para vias de negociação de permanência dessas famílias, vamos buscar dinheiro onde for preciso. Mas, nós precisamos que esses processos sejam suspensos. O que vocês acham? Nós só vamos suspender se os senhores aprovarem aqui. Se for do seu interesse. Aprovado? Beleza.

A outra questão é quanto à Terra Prometida ou Maravilha. Em 2014 ou 2015 - foi 2014, que teve a cheia do Rio Madeira -, após essa data, a Prefeitura de Porto Velho adquiriu um lote na margem esquerda do Rio Madeira, denominado Km 5,5, ou Maravilha, Maravilha I, II ou III, quem é de lá, por favor? Muito bem. Gostaria de pedir à Sepat, que olhasse com carinho pela destinação a qual foi adquirido aquele terreno. E o meu pedido aqui para o grupo de trabalho e para as colegas da Sepat, é pela regularização fundiária para quem mora, hoje, nessa comunidade chamada Maravilha, Margem Esquerda, Terra Prometida, não importa. É isso que nós estamos buscando aqui. E que fique registrada essa fala em Ata, em áudio, onde for preciso.

A questão da Terra Prometida na zona sul, esse grupo de trabalho vai verificar, junto ao Governo do Estado, na Caerd, uma forma - não sei se o Ivan está aí ainda -, uma forma de beneficiar essas famílias. E não somente beneficiar essas famílias, mas também trabalhar com o progresso com o Município de Porto Velho na questão do saneamento básico.

Nós trabalhamos junto com o Coronel Henrique naquela época - acho que o Alex lembra, o Eliel está por aí e lembra também -, mas o que o Município de Porto Velho precisa com a questão do saneamento - que nós só temos 3% ou menos do que isso, e o nosso povo precisa de saúde, precisa de água, precisa de uma série de coisas para

diminuir fila em hospital -, eu acho que os moradores precisam ter essa consciência de estar trabalhando conosco e a gente buscar uma forma desse outro grupo que está lá na Terra Prometida ser beneficiado.

Não sei como, mas aqui, cabeças pensantes, a gente vai buscar uma solução e possibilidades. Eu costumo dizer para as minhas colegas, os meus colegas, que o nome desse meu caderno aqui é "possibilidades". E, dentro dele, tem algumas que podem avançar e tem outras que não. E eu aconselho a vocês a adotarem essa palavra, "possibilidades". Porque, se nós buscarmos as possibilidades, juntando-se e unindo-se, nós vamos conseguir muita coisa.

Quando convocarmos os senhores para uma Audiência Pública, convençam os seus pares a virem, porque nós trabalhamos muito para que essa Audiência acontecesse. Fomos atrás de recursos que a gente nem tinha, mas hoje a gente está aqui e, a partir daqui, minha gente, é que a nossa luta começa. E eu costumo dizer que se você não lutar pelo o que você quer, você vai ficar em casa enquanto os outros estão aqui buscando alguma coisa, você não valoriza. Você só valoriza quando você vai buscar.

Portanto, a missão de cada um de nós aqui hoje é convencer quem ficou lá em casa vir para a rua. Vir mostrar a sua necessidade. Porque se essas pessoas não vierem... Eu estou lá na minha casinha, mas eu me preocupei com vocês, que vocês já tinham me visto algum dia? Nos conhecemos hoje. É um prazer conhecer todos vocês, mas vamos trazer mais pessoas para que o movimento possa se fortalecer e agradecer a quem pode estar à frente para nos ajudar.

Quero aqui agradecer muito pela amizade que eu fiz em 2015 com o Coronel Henrique, porque foi uma pessoa que me

ensinou bastante. Ele nem sabe que ele me ensinou alguma coisa, mas eu sou uma pessoa curiosa. Muito curiosa. E observadora. Observo muito o ambiente por onde eu ando, as pessoas com quem eu converso, para eu tirar as minhas conclusões. E essa Casa aqui não vai ser a última vez que nós vamos nos encontrar para discutir moradias. Porque a moradia, para nós, é o primeiro dos direitos fundamentais que a Constituição e a Comissão Internacional dos Direitos Humanos diz.

E eu quero aqui encerrar com a minha fala dizendo para a deputada que a frase principal da minha instituição é: que o mais simples seja visto como o mais importante. Muito obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Rosália, pela sua contribuição. Quero também te parabenizar. A Rosália esses dias todos estava sentada no nosso gabinete, correndo, ajudando também a nossa equipe a organizar, junto com os demais aqui. Foi uma construção a muitas mãozinhas para que acontecesse esse momento, para que vocês viessem participar. Então, eu quero agradecer a você e te parabenizar. E que você continue perseverante nessa luta porque muitas famílias precisam muito da sua voz, da sua força, da sua determinação.

Agora, eu quero convidar para fazer o uso da palavra o último a falar, o Tenente PM David Inácio dos Santos Filho, que é Secretário de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT, agradecer a ele por ter vindo aqui. Eu quero agradecer ao Governo do Estado de Rondônia, através dos seus representantes que aqui estiveram. A gente fica feliz de poder fazer esses eventos e ter a participação do governo. Essa responsabilidade de atender um pedido da

gente, isso é muito importante para a gente. E agora o senhor fique à vontade para fazer uso da palavra.

O SR. DAVID INÁCIO DOS SANTOS FILHO - Boa tarde a todos. Inicialmente, eu quero cumprimentar a Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Cláudia de Jesus; cumprimentar o Coronel Paulo Henrique, Diretor Executivo da Sesdec; o Senhor Moacir André, engenheiro agrônomo representante do Incra; Lauro Fernandes, meu amigo, Diretor da Caerd; a Coronel PM Haldeniza Barbosa; a senhora Késia Gonçalves de Abrantes, Defensora Pública; o senhor Edmar da Silva, Coordenador da Comissão Legislativa e a Senhora Rosália Oliveira. Que Deus abençoe a todos.

Deputada, parabéns. Parabéns. A Mesa cumprimentou a senhora, todo o público que aqui está e também reitero à senhora o compromisso do nosso Governador Coronel Marcos Rocha. Eu tenho dito para as pessoas que o Governador Coronel Marcos Rocha já é o pai da regularização fundiária aqui em Rondônia. Nós temos números expressivos na regularização fundiária aqui em Rondônia. Só aqui no Município de Porto Velho até o dia 31 de dezembro nós vamos fazer a entrega, protocolar no Município de Porto Velho, porque a Lei nº 13.465/2017 assegura, veio democratizar a acessão à moradia. Então, até o dia 31 de dezembro a gente protocolará, se Deus assim permitir, quase 22 mil registros.

A gente precisa compreender que quem tem a competência para fazer a REURB, para aprovar o projeto são as prefeituras. O Governo do Estado tem competência para fazer a regularização fundiária da área que lhe pertence. Todavia, mesmo assim, a prefeitura precisa aprovar. A legislação, houve recente, agora em junho uma alteração e

diz que caso a prefeitura, nos seis meses, como a doutora explicou, assim não o faça, o Estado poderá aprovar esse projeto. Mas eu entendo, deputada, que não seria legal isso, porque é o município que compreende a expansão. Não iria ser legal. Iríamos juntos cometer erros. Então, a gente vem trabalhando junto à prefeitura local para avançarmos na regularização fundiária, assim como o nosso Governador Coronel Marcos Rocha tem determinado.

Nós estamos cheios de expectativas, de sonhos. Estamos atuando em 18 municípios conveniados. E outra coisa, nós precisamos fazer convênio com os municípios. A Constituição Federal faz a repartição dos entes federativos e cada um dos entes tem autonomia. Perfeito, doutora, se eu errar a senhora me avisa. E o município tem a sua independência política e administrativa e o Estado. Então, eu não posso entrar na casa do município e fazer o que não me convém, fazer obra. Sob pena até mesmo das minhas contas serem reprovadas e eu estaria depois, tomando uma pancada do Ministério Público, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas. E a gente prefere trabalhar correto para prestar contas certinho e continuar na vida pública, que é esse maravilhoso mundo. A política é esse maravilhoso mundo. É a oportunidade de cumprirmos uma missão, como a deputada falou, e ajudar pessoas. E só vem para a vida pública, queridos, aqueles que gostam de pessoas, que querem ajudar.

Então, queridos, o nosso compromisso, do Governador Coronel Marcos Rocha e o nosso é avançar. Nós fizemos um trabalho muito legal no Setor Chacareiro, a pedido do nosso Presidente Sirlei e da Presidente Gabriela. Parabéns ao pessoal do Setor Chacareiro, está muito bem representado.

Eu participei ali, acompanho os trabalhos de campo, deputada, porque o governador, por mais que seja um homem

muito sereno, ele cobra e olha. Quer resultado. Ou então a gente amanhã vai tomar café com a Ana Maria Braga. É assim.

Nós fizemos um trabalho muito legal ali, só que eu primeiro pedi permissão ao Ministério Público Federal porque aquela área é do Incra.

E assim, queridos. Nós temos oito demandas aqui para ser bem prático, o que nós precisamos é nos debruçarmos aqui. Nós temos o compromisso do governador em avançar na regularização fundiária. Na semana passada eu estive pessoalmente na Gleba Maravilha para compreender. Eu não sei se vocês conhecem a história da Gleba Maravilha. Ali em 2014, as minhas coordenadoras estão aí, se eu errar me ajudem. Em 2013/2014 o Governo do Estado comprou aquela área, desapropriou para, ali, assentar pessoas da margem do rio. Perfeito? Por causa da enchente. Ocorre que o meu antecessor, ele foi, e, aí, fomos fazer no período, um cadastro socioeconômico.

Apenas naquele momento tinha três ou cinco pessoas. Esse é o processo. É o que eu li. Então, naquela oportunidade, o meu antecessor, ele entendeu que o objeto daquele contrato, não foi cumprido. Foi comprado para um fim e as pessoas não quiseram. E aí ele sugeriu que aquela área fosse vendida. Que o Governo do Estado vendesse aquela área. E recentemente, chegou em minha mesa aquele processo e eu falei: "Olha, o governador não vai, jamais, permitir uma situação dessas."

E me falaram que lá na época tinha 120, 150 famílias. E aí eu falei assim: "Equipe, vamos lá!"

Na semana passada eu estive lá com duas caminhonetes e um Corolla. Não sei se vocês viram. Perfeito! E aí rodamos todas as ruas. E eu analisando aqui a fala da doutora, da deputada, a gente falando em dignidade.

Queridos, ali eu estou em uma situação difícil. Primeiro, porque, hoje, aquele convênio ali, aquele contrato, aquela aquisição, ela é objeto de investigação. Porque ali é muito acidentado, deputada. E quando a gente fala em dignidade, como é que nós vamos fazer ali a divisão daqueles lotes e deixar vocês? Os postes estão no meio da rua... Olha, uma bagunça.

Resumindo: eu voltei dali muito triste, porque o meu propósito era chegar para o governador, mostrar para ele, despachar e falar: "Chefe, vamos regularizar e distribuir para quem precisa."

Quando eu volto de lá, eu volto preocupado. Aquilo ali, para se fazer infraestrutura é uma fortuna. Sim ou não? Como é que nós vamos, futuramente colocar água ali? Muito acidentado, asfaltar aquilo, levar dignidade para vocês? Porque é isso que a política de regularização fundiária nos cobra. Então, queridos, eu saí dali triste, pedi para deputada para ser o último a falar, porque aonde as pessoas enxergam dificuldades, eu enxergo possibilidades.

Foi assim que eu aprendi, mas eu tenho limites. Eu sou um Secretário de Estado com vários limites.

Então, se a deputada me permite fazer uma sugestão, seria nós constituirmos esse grupo de trabalho com cada um dos representantes, e a gente, a partir da próxima semana, nos debruçar sobre cada um deles e irmos para o local.

Ali compreendermos! Porque, olha, se nós ficarmos aqui, nós não vamos compreender.

Outra coisa: envolver o Ministério Público, o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas. O que enxergo são grandes parceiros nos órgãos de controle externo. Para

vocês terem uma ideia, Deputada Cláudia, recentemente, ano passado, o Tribunal de Justiça, através da Corregedoria, Doutor Marcelo Tramontini, o Juiz que conduz. Foi criado o Comitê de Regularização Fundiária conduzido pelo Doutor Marcelo Tramontini e, recentemente, a Assembleia Legislativa aderiu também ao Comitê de Regularização Fundiária, o Incra, as prefeituras.

Então, gente, nós estamos em um bom momento. Eu peço a Deus que a gente largue de lado as nossas vaidades, as nossas pretensões, os nossos achismos e a gente avance na regularização fundiária, de verdade.

É importante deputada, levarmos cada demanda dessa aqui, para o Comitê de Regularização Fundiária, que já está devidamente constituído.

O Doutor Marcelo Tramontini conduz aquilo ali com brilhantismo. É humanista também, assim como o Governador Coronel Marcos Rocha. Falar para vocês que, gente, eu não vejo, eu não consigo ver... A Lei 13.465/2017, a Lei da REUR, ela estabelece que até as propriedades privadas, elas são passíveis da REURB. Perfeito, Doutora?

Nós falamos aqui, o MDA falou sobre crédito de regularização fundiária. Perfeito?

O Estado tem algumas áreas? Tem. Nós temos algumas limitações? Nós temos. Uma delas é que eu, por exemplo: aqui são núcleos de 17 bairros, aqui em Porto Velho, que nós estamos concluindo, deputada. Esses núcleos, esses bairros, nós estamos entregando para a prefeitura de Porto Velho com pré-projeto pronto, só para a prefeitura fazer apontamentos assim e devolver, "corrige aqui". Vamos para a rua e a gente corrige.

Eu estou falando das áreas do Estado, queridos, que quando assumimos ali o governador falou: "David, eu quero pressa, entrega rápido". As áreas do município, acho que no mês de março teve uma audiência na Câmara Municipal, eu reafirmei o compromisso do Governador Coronel Marcos Rocha, o meu compromisso e falei: "Onde o município precisar de ajuda, nós estamos aqui prontos".

Já disponibilizei a equipe de técnicos, Coronel Marcos Rocha contratou uma boa equipe de técnicos, a nossa coordenadora Hanny está ali; a Neiva, que é arquiteta urbanista; doutora Mara, que é coordenadora técnica nossa, que também é arquiteta; a Neiva, que é engenheira agrimensora.

Gente, o Governo do Estado montou uma equipe, hoje, os municípios não conseguiram acompanhar o Governo do Estado, porque quem assina os projetos de REURB é o município. E hoje, deputada, uma REURB demora de seis a oito anos no Estado. Infelizmente, a REURB são várias fases. E ainda hoje, aqui no Estado, está sendo feito, por mais que o governo já melhorou a estrutura, ainda meio que artesanal. Por exemplo, a gente precisa ir fazer o cadastro físico na rua; a gente precisa fazer o cadastro social. Próximo exercício, se Deus assim permitir, estamos trazendo um sistema chamado SiCARF (Sistema de Cadastro e de Regularização Fundiária), em parceria com o Governo do Pará, ele está disponibilizando esse sistema para que a gente avance na regularização fundiária.

Esse sistema fará uma REURB, nós vamos concluir uma REURB em 48 dias. Então, é um sistema de vanguarda que custará aos nossos cofres aproximadamente R\$ 2,5 milhões, deputada, e nós vamos, sim, avançar na regularização fundiária, tanto urbana como rural.

Graças a Deus, gente, o governo federal exonerou o superintendente do Incra anterior, porque aquele homem era uma benção, não recebia ninguém. Gente, eu como Secretário de Estado, me recebeu uma vez. Ofícios ele não respondia. Eu não sei o que os colegas do Incra acham, mas uma falta de respeito com o Estado e com todos nós. Não nos recebiam, era difícil, complicado. Se eu pudesse encontrar o Presidente Lula eu ia parabenizar ele. E o Luiz Flávio assumiu, trouxe uma equipe maravilhosa. Em 15 ou 18 dias assinamos um ACT (Acordo de Cooperação Técnica). Olha que legal, como Deus é bom.

Assinamos um ACT, deputada, e nós já fizemos trabalho, isso com execução direta, sem estar previsto no nosso orçamento. Nós fomos fazer umas missões no interior e já fizemos dois trabalhos com o Incra. Nome dos assentamentos em Vilhena: Aprovida e Cooperfrutos. Então é o Estado, é a União é o Município fazendo parceria para construir uma Rondônia melhor para todos nós.

Esse é o compromisso do Coronel Marcos Rocha, é o que ele tem nos cobrado, é o meu compromisso à frente dos trabalhos da Sepat. E eu tenho certeza, gente, nós estamos muito aquém, deputada, do estágio que precisávamos. Só que nós temos culpa, nós autoridades temos culpa, sim; mas nossa população também tem sua responsabilidade, porque falta na gente, queridos, eu não falo de vocês propriamente, mas eu falo daquelas pessoas que têm recursos. É diferente da pessoa que não tem condição.

Eu falo daquelas pessoas que têm condição, porque a gente não tem uma cultura de regularização fundiária. A gente conhece pessoas que têm seus imóveis e não querem regularizar. Então, isso é falta de cultura de consciência de regularização fundiária. As pessoas precisam sair da ilegalidade, porque vão trazer segurança jurídica ao

mercado imobiliário, vão fomentar a economia. Não é verdade? Enfim, é uma cadeia.

Então, nós temos dois desafios, deputada: é avançar na regularização fundiária, nós autoridades. Exemplo, o governador vem cobrando, o Presidente da Assembleia já comprou essa ideia, está fazendo parte do Comitê de Regulamentação Fundiária. E o Deputado Cirone, em reunião com ele semana passada, deputada, falou: "David, tenho boas notícias. A gente tem como mandar um recurso para o Estado para avançarmos ainda mais na regularização fundiária."

Olha que legal! O Deputado Cirone é o representante da Assembleia no Comitê. A senhora pode fortalecê-lo com o compromisso que a senhora tem, e a gente, com essa comissão que será formada aqui, demandar isso, perante o Comitê, e a gente avançar.

Olha. Pelas informações de vocês - que eu não conheço -, aqui vocês falam para mim que no Belmont têm 150 famílias. Aqui, no Terra Prometida, têm 800 famílias. Então, assim, e vai aumentando aqui. Se esses números forem reais, eu acho pouco provável... Nós não temos onde alocar vocês. E não é isso que o Governador Cel. Marcos Rocha quer; não é isso que o Presidente da Assembleia quer; não é isso que o Tribunal de Justiça quer. Eu estou falando de Poderes, inicialmente.

Agora, eu preciso, a deputada precisa compreender cada demanda dessas aqui. Como a Defensoria Pública, também. Então, se nós envolvermos, deputada, se nós levarmos cada demanda dessas aqui para o Comitê de Regularização Fundiária, me comprometo com a senhora - e as meninas já estão anotando ali -, da gente fazer o levantamento de cada área dessas. É particular? É pública? Por exemplo: a Gleba Maravilha eu sei que é do Estado, porque nós compramos.

Essa da Caerd aqui, é da União. Eu não posso, por exemplo: nós estamos sonhando com essa transferência dessas terras, dessas glebas, que a União precisa passar para o Estado. O Coronel Marcos Rocha já fez o ofício, reiterou, e nós estamos esperando que o Presidente Lula - que tem um grande compromisso com o social -, que ele doe essas terras para o Governo de Rondônia, para que a gente possa avançar, gente. E eu votei nele, tá. Pode falar para ele.

Então, queridos, quero falar para vocês o seguinte: o meu compromisso é fazer entregas. O compromisso do Governo do Estado, do Cel. Marcos Rocha, é fazer entregas. Agora, o Estado tem limitação. As entregas das áreas, do que é do Estado, nós estamos fazendo. Aqueles municípios que têm convênio com o Estado de Rondônia, os 18 municípios, nós estamos fazendo as entregas.

Nós temos no "Meu Imóvel Legal", 13 municípios. Eu estava falando para vocês da área urbana, e do Setor Chacareiro agora também, que ainda é urbano. Existem oito municípios que têm áreas próprias, que têm o domínio dessas áreas, e que nós já vamos iniciar o georreferenciamento, o cadastro social e o cadastro físico. Perfeito? Antes do mês de novembro a gente já inicia: Costa Marques... São 13 municípios.

E nós estamos trabalhando, gente, para acontecer amanhã, não é para deixar para daqui uns dias. Eu tenho medo - que hoje, a Sepat tem quase 300 servidores -, de ficar ocioso agora, nas chuvas. Porque nós também estamos fazendo o georreferenciamento, deputada, das Unidades de Conservação. Isso é um Acórdão do Tribunal de Contas, que já tem 12 anos. E o Cel. Marcos Rocha, disse: "Não, eu faço". E está fazendo. E está fazendo as entregas.

Fizemos também, aqui no perímetro de Porto Velho, um trabalho muito legal, aqui em Rio Pardo. Todo o núcleo ali foi georreferenciado, feito cadastro físico e cadastro social. Dependemos da prefeitura para que avancem os trabalhos, para que o projeto seja aprovado.

Dito isso, gente, sem mais delongas e sem mais conversa, estamos ali na Sepat para servir. Esse é o sentimento que o Cel. Marcos Rocha quer de cada Secretário. Esse é o compromisso. O Cel. Marcos Rocha fala muito pouco e trabalha muito. Não é mineiro, não, mas ele vai "comendo pelas beiradas". Deus abençoe a todos. Um forte abraço.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Secretário, eu quero agradecer ao senhor pelas suas palavras, pelo seu compromisso aqui. Fiquei extremamente satisfeita com a sua presença aqui. A presença de todos, mas a sua fala foi muito importante, porque também é o seu setor diretamente, que o senhor trabalha. Então, assim, compartilho aqui com vocês que eu fiquei bastante preocupada, porque a gente foi demandado sobre essa pauta e não é fácil a gente pegar uma pauta do município, que a gente não conhece toda a realidade. Mas, eu não podia fugir porque me procuraram, me pediram e a missão é essa.

Então, eu quero agradecer imensamente ao senhor, mas agradecer também a cada um que compõe essa Mesa, que compartilhou comigo essa responsabilidade. Vocês me deixaram aliviada, é uma missão que agora não é só minha, mas é nossa.

As falas foram muito importantes. Vocês nos ajudaram para que a gente possa sair daqui hoje firme nesse propósito de ajudar. E eu creio muito porque, quando a gente tem essa capacidade de nos reunir para resolver

problemas, com certeza, várias cabeças pensantes, é possível a gente, realmente, conseguir.

Eu estou muito confiante, estou feliz. Sei que é um passinho bem pequeno que a gente deu, mas é um passo importante, junto com pessoas que têm essa condição, capacidade de, realmente, fazer com que as coisas aconteçam.

Eu quero aqui dizer que foi criado o grupo de trabalho, eu vou ler rapidamente o nome das pessoas que se colocaram à disposição, para que fique registrado em Ata. Ficou aqui: a Luciana Riscik, do Porto Rico; a Maria Antônia Oliveira de Almeida, da Terra Prometida; o Eduardo José Santana, do Planalto II; Silvanete da Silva, da Linha 27 do Rio das Graças; Reginaldo Souza, Porto Cristo II; Francisco Hernandez, Seringal Belmont; Sirlei Nobre Santos, Setor Chacareiro; Paulo Giovani Cascalheira e Alex Santiago, Monte Sinai; e Márcia Avelino, Park Amazônia.

Esses foram os nomes das ocupações que ficaram na representação desse grupo de trabalho e depois a gente também vai estar fazendo essa articulação aqui com os componentes da Mesa.

E, Secretário, eu queria já pedir para o senhor também esse apoio nessa articulação junto com o município, como há esse convênio para fazer a regularização fundiária, e aqui isso já deve estar estabelecido, com Porto Velho, não é? Então, queria pedir ao senhor essa ajuda, porque como não houve uma participação efetiva hoje aqui, a gente precisa dialogar. A gente entende que não tem como caminhar sem fazer o diálogo aqui com a Prefeitura de Porto Velho. Então, quero já também pedir ao senhor para nos ajudar a fazermos isso daí. E aí, como foi proposto, no decorrer dessa semana a gente já começar a ação de ir a campo.

Gente, eu quero agradecer a toda a equipe aqui da Casa por todo o apoio que foi nos dado aqui. Quero agradecer também a toda a minha equipe, do gabinete. Quero aqui agradecer a vocês por estarem aqui presentes, parabenizar por terem vindo aqui. Isso demonstra responsabilidade com um problema que também não é só de vocês. Vocês estão aqui lutando por vocês e pelos demais que não puderam estar presentes. A nossa gratidão.

E, assim, sobre todos os componentes da Mesa, a minha gratidão. De verdade. Porque não é um assunto fácil, é um assunto muito complexo. É tão complexo que a gente convidou muitas autoridades e foram poucos que apareceram. Mas, os poucos que apareceram, deixaram a gente extremamente satisfeito pelo comprometimento.

Então, assim, só gratidão mesmo a vocês e a Deus, por nos oportunizar para que a gente seja instrumento na vida das pessoas para ajudar. Então, eu quero aqui encerrar os nossos trabalhos.

Invocando a proteção de Deus e, em nome do povo rondoniense, agradecemos a presença dos componentes da Mesa diretiva, agradecemos a presença de todos que acompanharam esta ilustre solenidade e declaro encerrada a presente Audiência Pública, desejando uma excelente noite a todos vocês. Que Deus abençoe a todos.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 18 horas e 28 minutos)

(Sem revisão dos oradores)